

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**MANUELA FERNANDA DE SOUZA ALBUQUERQUE  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. IOLANDA AIDA DE MEDEIROS CAMPOS**

**RUMO À PERIFERIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO  
NOVA CIDADE - MANAUS/AM**

**MANAUS  
2024**

**MANUELA FERNANDA DE SOUZA ALBUQUERQUE**

**RUMO À PERIFERIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO  
NOVA CIDADE - MANAUS/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade do Estado do Amazonas para  
obtenção do título de Licenciado em Geografia.

**Orientadora:** Professora Dra. Iolanda Aida de  
Medeiros Campos

**MANAUS**

**2024**

### **Ficha Catalográfica**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

A345rr Albuquerque, Manuela Fernanda de Souza  
Rumo à periferia : O processo de ocupação irregular no  
bairro Nova Cidade - Manaus/AM / Manuela Fernanda de  
Souza Albuquerque. Manaus : [s.n], 2024.  
76 f.: color.; 30 cm.

TCC - Graduação em Geografia - Licenciatura -  
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.  
Inclui bibliografia  
Orientador: Iolanda Aida de Medeiros Campos

1. Ocupações irregulares. 2. planejamento urbano. 3.  
reprodução socioespacial. 4. paisagem urbana. 5.  
territorialidade. I. Iolanda Aida de Medeiros Campos  
(Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III.  
Rumo à periferia

**MANUELA FERNANDA DE SOUZA ALBUQUERQUE**

**Rumo à periferia: O processo de ocupação irregular no bairro Nova Cidade -  
Manaus/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para obtenção de Título de Licenciado em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Presidente: Profa. Dra. Iolanda Aida de Medeiros Campos**

---

**1º Avaliador: Profa. Ma. Maria Helena Carvalho Mourão**

---

**2º Avaliador: Profa. Dra. Danielle Mariam Araújo dos Santos**

Manaus,.....de.....de 2024

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, em especial minha querida mãe Umbelina de Souza Albuquerque, pelos chás de camomila concentrados durante a graduação, e os diálogos sobre persistência ao longo da construção do trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Iolanda Aida de Medeiros Campos, por ter confiado no meu trabalho, pela paciência e consideração durante todo o período de orientação, nunca esquecerei o que foi compartilhado comigo.

Aos moradores da Comunidades das Flores e Comunidade indígena Nova Vida, pela recepção e informações valiosíssimas compartilhadas comigo, me permitindo dar passos cruciais neste estudo.

A todos os amigos que fiz na universidade, com quem compartilhei muitas vivências, o que é fundamental na manutenção da saúde mental nesses momentos importantes.

Por fim, minha gratidão à Universidade do Estado do Amazonas por me proporcionar oportunidades de aumentar meu repertório de conhecimento acerca da ciência Geográfica.

## RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre uma investigação socioespacial do bairro Nova Cidade em Manaus/AM, onde as ocupações irregulares emergem como um fenômeno crescente, reveladas na paisagem urbana e impulsionadas pela necessidade urgente de habitação. Tem como objetivo geral analisar criticamente as ocupações irregulares no bairro Nova Cidade. Desdobra-se em três objetivos específicos: apreender o processo de ocupação irregular na área de estudo. Caracterizar o perfil dos moradores, sobretudo das áreas ocupadas irregularmente. Identificar a infraestrutura do bairro, com enfoque em ocupações que se iniciaram de forma irregular. A pesquisa adota uma abordagem crítico-dialética, embasada em fundamentos teóricos da Geografia Urbana. Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas com moradores de duas ocupações distintas, a fim de coletar dados qualitativos, além do uso de fotografias para apontar os detalhes acerca das ocupações. Diante dos dados obtidos, percebeu-se como o crescimento não planejado da cidade de Manaus, em específico no referido bairro, resultou em moradias precárias, que geram impactos ambientais e prejudicam a qualidade de vida dos moradores das áreas de ocupação irregular, o que conflita com diversas legislações que compõem documentos de planejamento urbano da cidade de Manaus. Portanto, evidencia-se a urgência de repensar as políticas habitacionais e a gestão do desenvolvimento urbano em Manaus. A paisagem urbana reflete não apenas a necessidade de habitação e acesso à terra, mas também a complexidade das relações entre mercado imobiliário, implementação de políticas públicas e a dinâmica urbana não planejada na reprodução socioespacial.

**Palavras-chave:** Ocupações irregulares; planejamento urbano; reprodução socioespacial; paisagem urbana; territorialidade.

## **ABSTRACT**

This work focuses on a socio-spatial investigation of the Nova Cidade neighborhood in Manaus/AM, where irregular occupations emerge as a growing phenomenon, revealed in the urban landscape and driven by the urgent need for housing. Its general objective is to critically analyze irregular occupations in the Nova Cidade neighborhood. It unfolds into three specific objectives: to understand the process of irregular occupation in the study area. Characterize the profile of residents, especially those in irregularly occupied areas. Identify the neighborhood's infrastructure, focusing on occupations that began irregularly. The research adopts a critical-dialectic approach, based on theoretical foundations of Urban Geography. The methodological procedures include bibliographical research, questionnaires and interviews with residents of two different occupations, in order to collect qualitative data, in addition to the use of photographs to highlight details about the occupations. Given the data obtained, it was clear how the unplanned growth of the city of Manaus, specifically in the aforementioned neighborhood, resulted in precarious housing, which generates environmental impacts and harms the quality of life of residents of areas of irregular occupation, which conflicts with various legislations that make up urban planning documents for the city of Manaus. Therefore, the urgency of rethinking housing policies and the management of urban development in Manaus is evident. The urban landscape reflects not only the need for housing and access to land, but also the complexity of the relationships between the real estate market, implementation of public policies and unplanned urban dynamics in socio-spatial reproduction.

**Keywords:** Irregular occupations; urban planning; socio-spatial reproduction; urban landscape; territoriality.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos.....	26
<b>Figura 2</b> – Conjunto Habitacional Nova Cidade .....	31
<b>Figura 3</b> – Comunidade das Flores .....	40
<b>Figura 4</b> – Comunidade Indígena Nova Vida .....	42
<b>Figura 5</b> – Proximidade com a Reserva Florestal Adolpho Duke.....	43
<b>Figura 6</b> – Escadaria Construída Pela Prefeitura na Comunidade 1 .....	45
<b>Figura 7</b> – Problemas de Infraestrutura da Comunidade 2.....	47
<b>Figura 8</b> – Oca - Centro Comunitário da Comunidade Indígena Nova Vida.....	50
<b>Figura 9</b> – Lixeira Viciada Encontrada na Comunidade 2.....	61

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Localização Geográfica do Bairro Nova Cidade.....	27
<b>Mapa 2</b> - Localização das Comunidades Visitadas em Campo.....	39

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Percepção dos Moradores da Ocupação 1.....	52
<b>Gráfico 2</b> – Percepção dos Moradores da Ocupação 2.....	52
<b>Gráfico 3</b> – Principais Reivindicações dos Moradores.....	59

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1 O Planejamento como instrumento do ordenamento do espaço urbano.....	12
2.2 Bairros: Mosaicos do espaço urbano.....	16
2.3 As moradias irregulares na paisagem urbana.....	19
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	23
3.1 Método.....	23
3.2 Os procedimentos metodológicos.....	24
3.3 Área de estudo.....	27
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	29
4.1 Formação social e territorial do bairro Nova Cidade.....	30
4.2 Expansão territorial irregular no bairro Nova Cidade.....	37
4.3 O conteúdo social do bairro Nova Cidade.....	53
4.4 Novas territorialidades: Conflitos de terras.....	55
4.5 Nova cidade: um olhar sobre a infraestrutura do bairro e suas recentes transformações.....	58
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>APÊNDICE</b> .....	70
<b>ANEXO</b> .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

A urbanização nas cidades brasileiras tem sido um fenômeno marcante ao longo das últimas décadas e é caracterizada por diversas contradições, refletindo transformações socioespaciais, demográficas e culturais no país. Algumas características relevantes desse processo incluem a expansão do uso da terra, bem como a consequente problemática de moradias irregulares na paisagem urbana.

Ao nos depararmos com a paisagem urbana do bairro Nova Cidade - Manaus/AM, podemos observar os processos de ocupação irregular tomando forma como um fenômeno crescente nesta zona específica da urbe. Nessas ocupações irregulares o imperativo da necessidade por moradia impele os moradores a construir suas casas em áreas impróprias, de risco, neste contexto, a cidade cresce de forma não planejada, o que traz transtorno em relação à mobilidade dos próprios moradores destas localidades, bem como a falta de equipamentos urbanos necessários ao pleno funcionamento da vida cotidiana.

As questões que deram um norte a este trabalho trouxeram as seguintes abordagens: quais os fatores que motivaram as pessoas a ocupar irregularmente o bairro? Qual a condição socioeconômica dessas pessoas que ocuparam irregularmente o bairro? E qual a situação da infraestrutura do bairro Nova Cidade nesse processo de ocupação?

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente as ocupações irregulares no bairro Nova Cidade; Seguido de três objetivos específicos, o primeiro é apreender o processo de ocupação irregular, identificando-o na área do estudo; o segundo é caracterizar o perfil dos moradores do bairro e suas mais recentes áreas ocupadas irregularmente; e o terceiro é identificar a infraestrutura do bairro, dando ênfase às ocupações que se iniciaram de forma irregular.

Este trabalho está estruturado por introdução, seguido pelo referencial teórico que traz importantes conceitos à luz da Geografia Urbana, tais como planejamento urbano, bairro e moradias irregulares. A seção de metodologia é composta pelo método crítico-dialético, construída através dos procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas, instrumentos fundamentais para cumprir os objetivos propostos, seguido pela apresentação da área de estudo.

Para a apresentar os resultados e discussões do estudo, dividimos em cinco subcapítulos, o primeiro aborda a formação social e territorial do bairro Nova Cidade, o segundo discute a expansão territorial irregular no bairro Nova Cidade, o terceiro subcapítulo explana conteúdo social do bairro, o quarto aponta as novas territorialidades e consequentes conflitos de terras existentes, e o último demonstra um olhar sobre a infraestrutura do bairro e as recentes transformações no referido bairro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo abordamos os principais conceitos que permeiam esta pesquisa, bem como as formas que engendram os fenômenos socioespaciais pautados no âmbito da Geografia Urbana. Ao entrelaçar essas abordagens, esta revisão bibliográfica busca contribuir para a compreensão das complexas interações entre o planejamento urbano, a estruturação dos bairros e a presença de moradias irregulares na paisagem urbana, promovendo uma análise reflexiva sobre os desafios e potencialidades inerentes à configuração do espaço urbano do bairro Nova Cidade em Manaus.

### 2.1 O Planejamento como instrumento do ordenamento do espaço urbano

Inicialmente realizamos a análise dos trabalhos de autores acerca do tema planejamento urbano, seu significado, bem como a sua finalidade e importância para a sociedade, considerando que o espaço urbano merece especial atenção do poder público por fazer parte do cotidiano da sociedade que nele habita. Neste âmbito,

Quando se aborda o Planejamento Urbano têm-se como pressuposto as ações para o ordenamento da urbe, toma-se então o urbano enquanto sinônimo do espaço da cidade. Diante disso o Planejamento Urbano se ergue enquanto uma ação que visa prever os problemas que irão se desenvolver no perímetro da cidade e tentar preparar a mesma para que ocorra a diminuição dos danos decorrente da sua dinâmica, buscando melhoria na qualidade paisagística e na vida dos habitantes (Meira *et al.*, 2017, p. 8).

Os autores destacam que o planejamento urbano consiste em uma ferramenta de política pública social que tem como função ordenar e reordenar a forma como a cidade se expande, de modo a prevenir possíveis problemas de ocorrência social ou natural, evitando com isso a ocupação irregular de áreas que podem ser de risco à integridade humana.

O planejamento urbano tem a fundamental importância de proporcionar aos habitantes de uma cidade mecanismos capazes de garantir o bem-estar geral por meio da legislação de políticas públicas, reconhecendo a voz destes cidadãos, uma vez que a participação ativa da comunidade não deve ser apenas encorajada, mas também integrada ao processo de tomada de decisões, assegurando que as necessidades e perspectivas destes sejam consideradas:

Na verdade, o planejamento urbano deve ser encarado como um olhar futuro sobre o território da cidade, prevendo os compartimentos que devem ser mais bem aproveitados e aqueles que possam vir a ser ocupados de forma sustentável. Tudo isso aliado aos aspectos que dão suporte legal às ações de planejamento – a legislação urbanística. O futuro das cidades depende somente de um planejamento que apresente objetivos claros e consistentes, políticas públicas eficientes, uma participação popular ativa e disponibilidade de recursos financeiros (Cassilha; Cassilha, 2012, p. 72).

Em outras palavras um planejamento bem elaborado, eficiente e eficaz prevê formas de ocupações futuras regulares que promovam um ambiente urbano de bem estar aos cidadãos, antecipando infraestruturas antes da ocupação humana e viabilizando a participação da sociedade no sentido de verificar suas reais necessidades, afinal o espaço urbano deve ser produzido em função dos anseios do cidadão. Mas o pensamento sobre se planejar o espaço urbano é algo que do ponto de vista histórico das organizações espaciais humanas não é tão recente, conforme o exposto a seguir:

Desde os primeiros adventos da Revolução Industrial (século XVIII) surgiram profissionais generalistas e especialistas em planejamento urbano. Os problemas da cidade – fundamentalmente relacionados ao crescimento demográfico, migrações campo-cidade, espacialização e especialização das condições de morar e trabalhar – transcenderam as dinâmicas da cidade e se impuseram como a questão e/ou problemática urbana em conformidade com as contradições dos fenômenos da industrialização e da urbanização (Gregório, 2021, p. 19).

Conforme aponta Gregório (2021) podemos inferir que os homens estão constantemente se deslocando em busca de recursos para sua sobrevivência, e a revolução industrial trouxe um novo marco nos deslocamentos humanos atraindo muitas pessoas para as regiões mais industrializadas do planeta. Essa atração de um grande contingente populacional para as cidades industrializadas não foi acompanhada pela dotação de infraestruturas necessárias para receber esta população, por isso as cidades tiveram seu perímetro urbano aumentado sem o devido ordenamento planejado. Isto ocorre também nos dias atuais, provocando desajustes no funcionamento pleno e eficiente do espaço urbano.

Apesar da enorme relevância de articulação entre a população e o poder público na tomada de decisões sobre o futuro da cidade, no histórico do planejamento urbano, mais precisamente a partir da segunda metade do século XX, não havia participação dos sujeitos em sua construção e esta função foi somente atribuída ao Estado em acordo com o modo de produção capitalista:

As metodologias e proposições usadas pelo planejamento urbano modernista foram baseadas em critérios de racionalidade e de caráter exclusivamente técnico, não tendo nenhuma forma de participação da sociedade civil nas discussões de propostas para a cidade, ficando o espaço urbano submetido a normas e padrões que propiciassem, segundo vários autores de cunho marxista, a reprodução da força do capital (Ferrari Júnior, 2004, p. 16).

Assim sendo, um planejamento que se pretenda eficaz não pode ser imposto de cima para baixo, há a necessidade de se ouvir os cidadãos para conhecer seus reais anseios, o que proporcionaria um ordenamento do espaço urbano mais acertado, pois estaria de acordo com os interesses do cidadão que poderia fazer uso desse espaço de forma plena.

Em concordância com Harvey (2005), o planejamento urbano não é apenas uma resposta às necessidades da população, mas também uma estratégia fundamental para a reprodução capitalista, influenciando a dinâmica do espaço urbano de acordo com os interesses econômicos e políticos dominantes. Para o teórico, a cidade é colocada como mercadoria que surge a partir da coalizão entre poder público e o setor privado:

[...] a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois na execução e no projeto é especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento planejado e coordenado (Harvey, 2005, p. 173).

Essa análise crítica do planejamento urbano destaca a importância de considerar não apenas as questões técnicas, mas também as relações de poder e as forças econômicas subjacentes na configuração das cidades. No contexto brasileiro, o planejamento urbano segue o mesmo modelo que se pautavam as sociedades mais desenvolvidas para o ordenamento da cidade, observando-se que:

O Planejamento Urbano no Brasil foi pautado em instrumentos urbanísticos, tendo nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo seus representantes mais pragmáticos, que se tornaram “opções” mais que perfeitas para solucionar as mazelas sociais. Contudo, muitos desses planos só tiveram a pretensão de guiar a orientação ao ambiente construído, não enfrentando as questões sociais (Ferrari Júnior, 2004, p. 18).

Nota-se, portanto, que o espaço urbano tem sido palco de vários problemas de infraestrutura, porque tem sido direcionado para a reprodução e circulação do capital, enquanto os moradores da cidade ficam em segundo plano, as infraestruturas que interessam ao capital são produzidas se não plenamente, mas

majoritariamente para este segmento, enquanto restam espaços carentes destes equipamentos onde moram a maioria da população de baixa renda, o capital passa a ter privilégios espaciais.

Segundo Maricato (2002) o planejamento urbano no Brasil historicamente contribuiu para a segregação socioespacial, marginalizando determinados grupos, especialmente os de baixa renda, em áreas periféricas com infraestrutura inadequada, com diversos reflexos no século XXI:

Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado "primeiro mundo", aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente (Maricato, 2002, p. 123).

A autora destaca como o planejamento urbano muitas vezes está alinhado com os interesses do mercado imobiliário e como a valorização de áreas urbanas muitas vezes resulta em deslocamento de comunidades de baixa renda. Maricato critica o modelo de desenvolvimento urbano que prioriza grandes empreendimentos, megaeventos e projetos de infraestrutura em detrimento das necessidades básicas da população, contribuindo para a gentrificação e a desigualdade social. A autora evidencia a importância da participação popular no processo de planejamento urbano, defendendo uma abordagem mais democrática e inclusiva que envolva as comunidades afetadas.

A segregação pode ocorrer em três aspectos: espontâneo, voluntário e/ou programado, estes podem desenrolar-se ao mesmo tempo, ou de forma continuada. O primeiro aspecto diz respeito à segregação por classe social, por renda, ou ainda pelas ideologias, o segundo aspecto refere-se aos espaços separados, e o terceiro elemento citado retrata o planejamento propriamente dito, o qual segue uma ordem de produtividade urbana: "Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou" (Lefebvre, 2008, p. 98).

Na vida cotidiana é possível visualizar estes elementos: "[...] aqui estamos diante de nossos olhos, projetados separadamente, os grupos, as etnias, as idades e os sexos, as atividades, os trabalhos, as funções, os conhecimentos (Lefebvre, 2008, p. 102). Os grupos mencionados por Lefebvre destacam a complexidade e a

multiplicidade das formas de segregação. Ele reconhece que as divisões não se limitam apenas a critérios geográficos, mas permeiam todos os aspectos da sociedade. A segregação socioespacial é, assim, compreendida como um fenômeno abrangente que afeta diferentes dimensões da vida social.

Isso indica que os padrões de segregação não são facilmente erradicados e muitas vezes persistem na paisagem urbana, destacando a complexidade e a resistência desse fenômeno nas dinâmicas urbanas e sociais. Frente a esses casos de segregação, outro evidente fenômeno que concerne aos três aspectos citados, é a gentrificação, processo complexo que ocorre em bairros urbanos, geralmente de baixa renda, e envolve várias etapas e impactos significativos (Ferreira, 2021).

O processo se inicia com a chegada de novos moradores de classe média ou alta, que são atraídos para essas áreas devido à localização central, à infraestrutura urbana e à disponibilidade de imóveis a preços mais acessíveis. A presença desses novos moradores muitas vezes resulta em mudanças na dinâmica social, cultural e econômica do bairro. Conforme esses novos moradores se estabelecem, a demanda por moradia e serviços aumenta, o que por sua vez leva ao aumento dos preços dos imóveis:

Tal elevação de preços faz com que as construtoras busquem áreas mais distantes para construção, incorporando novas áreas à lógica de mercado da metrópole, o que acaba por estender a área urbana indefinidamente. Fato que obriga os moradores a realizarem grandes deslocamentos diariamente (Ferreira, 2021, p. 76).

Esse aumento nos preços pode resultar na expulsão da população original do bairro, que muitas vezes não consegue arcar com os custos de moradia e de vida. Como resultado, a comunidade original é deslocada para outras áreas, muitas vezes mais distantes e com custos de vida mais baixos.

## **2.2 Bairros: Mosaicos do espaço urbano**

Ao adentrar nos bairros, delineamos os contornos dos mosaicos que compõem o espaço urbano. Os bairros representam unidades de análise fundamentais na Geografia Urbana, encapsulando uma multiplicidade de elementos que refletem as características sociais, culturais e econômicas de uma comunidade. Explanamos como essas unidades territoriais se convertem em espaços vividos,

onde as relações sociais e a identidade local se entrelaçam, e como as políticas urbanas podem impactar a estrutura e dinâmica dessas unidades espaciais.

A conceituação de bairro se dá de variadas formas, pois pode ser visto de diversos prismas e tratado por cada ciência de acordo com o viés discutido, para a ciência geográfica:

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam ("anima": alma) o Espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao Espaço particular do bairro à sua escala (Souza, 1989. p. 144).

O autor afirma que definir um bairro envolve considerar a escala espacial das relações sociais que preenchem e dão vida ao espaço do bairro. Ou seja, a identidade única de um bairro na cidade seria determinada pela coesão social específica e pela extensão das relações orgânicas associadas ao espaço particular do bairro em sua escala. Ainda sob a perspectiva da Geografia, Bezerra (2011) aborda a conceituação de bairro, pontuando que:

[...] à medida que o bairro se constitui na circunscrição espacial do habitar, da vivência e das múltiplas relações que o permeiam, ele se projeta como a unidade territorial privilegiada para a identificação e a avaliação dos processos da vida urbana, em que pese o fato da atual dinâmica de reestruturação urbana (Bezerra, 2011, p. 30)

Para o autor, a definição de bairro vai além de apenas um recorte espacial ou uma unidade urbana, pois as relações existentes nesta unidade espacial também a estruturam, destaca que o bairro é a área onde as pessoas vivem e interagem, emerge como a unidade territorial fundamental para compreender e avaliar os processos da vida urbana. Isso ocorre mesmo diante das mudanças em curso na dinâmica de reestruturação urbana. Santos (2012) partilha do mesmo pensamento quando afirma que:

Pode-se dizer que o bairro é uma das várias partes em que se divide uma cidade, que serve de orientação para os seus diversos moradores. Contudo, é preciso frisar que um bairro ultrapassa a noção de uma área delimitada, não se caracterizando apenas como uma feição físico-administrativa com um determinado número de habitantes (Santos, 2012, p. 49).

O autor destaca o papel do bairro não apenas como uma divisão administrativa, mas como um elemento significativo na vida das pessoas que o habitam. Ao enfatizar que o bairro ultrapassa a noção de uma feição

físico-administrativa, Santos sugere que a identidade e a função de um bairro não podem ser compreendidas apenas em termos de limites geográficos ou características demográficas. Em vez disso, ele destaca a importância do bairro como um ponto de referência e identificação para seus moradores, sugerindo que o significado do bairro vai além de suas fronteiras físicas.

O histórico de estudos acerca do bairro no Brasil evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente, a Geografia estudou os bairros a partir de agrupamentos rurais encontrados no estado de São Paulo, concentrando suas análises na forma de dispersão das habitações, nos aspectos relacionados ao uso do solo e na relação do lugar com o entorno, passando a análises mais voltadas para o contexto urbano, onde o bairro passou a ser conceituado como uma unidade social formada por habitações dispersas, porém suficientemente próximas umas das outras para estabelecer certos tipos de relações sociais, como laços de parentesco ou vizinhança:

Outrossim, após o hiato de estudos sobre o bairro no Brasil (1958 a 1982), são revisitados trabalhos elaborados nos últimos decênios do século XX, que marcam um novo momento de sua leitura dentro do contexto da metropolização, e em cujo processo emana uma série de pesquisas nas universidades brasileiras assentadas na complexidade do espaço urbano, e de suas diferentes localidades, os bairros (Halley, 2014, p. 578).

A menção às características marcantes herdadas da trama particular do bairro sugere que a história, a cultura e as dinâmicas sociais específicas desse espaço desempenham um papel importante na definição de sua identidade. Cada bairro pode ter uma história única, tradições distintas e elementos culturais específicos que contribuem para sua singularidade. O sentimento de pertencimento e a participação ativa dos residentes na construção do espaço local contribuem para a coesão social e para a preservação das características distintivas do bairro.

O processo de formação territorial dos bairros em Manaus é marcado por importantes momentos que configuram e reconfiguram a cidade, sendo primeiramente o ciclo da borracha, seguido pela a cidade flutuante, e o mais recente a determinação da zona franca de Manaus.

Um dos fatores que impulsionou fortemente a formação dos bairros em Manaus foram as mudanças na paisagem urbana causadas pela crise econômica ocorrida ao final do ciclo da borracha na Amazônia no século XX, que perdurou por alguns anos: “A Manaus de 1920 é resultado do apogeu e do declínio da borracha”

(Oliveira, 2003, p. 36). O que por consequência acaba gerando um fenômeno chamado “cidade flutuante” às margens do Rio Negro:

Em síntese, as formas da “cidade flutuante” atendiam por um conjunto de casas de madeira construídas sobre troncos de árvores capazes de torná-las flutuantes sobre as águas do rio Negro e igarapés de Manaus entre os anos de 1920, quando o ‘fausto’ da borracha chegou ao fim, e 1967, em meio à política de ‘integração’ nacional dos governos militares, quando se implanta na cidade uma zona de livre comércio visando em primeiro plano tirar Manaus do marasmo econômico em que, oficialmente se encontrava e, numa perspectiva macro, integrar uma região estratégica ao modelo internacional de produção capitalista (Souza, 2010, p.14).

A cidade flutuante se tornou um testemunho visual das transformações econômicas e políticas que moldaram Manaus durante esse período citado. O contraste entre as casas flutuantes sobre as águas fluviais e as mudanças econômicas reflete uma narrativa complexa de adaptação, resistência e aspiração por um novo capítulo na história da cidade.

O processo de ocupações irregulares em Manaus ocorre em diferentes épocas e por diferentes motivações, sendo a zona leste de Manaus a primeira porção a ser ocupada a partir da década de 1970. Sua ocupação ocorreu inicialmente a partir do bairro Coroadó, tendo uma parte do terreno da Universidade Federal do Amazonas tomada para construção de moradias irregulares, fato que acabou gerando grandes conflitos territoriais antes de ser devidamente regularizado. Esta ocupação impulsionou a expansão da malha urbana para a zona leste da cidade, motivada pelo aumento demográfico advindo sobretudo da implantação da Zona Franca de Manaus – ZFM (Barbosa, 2017).

Já a ampliação dos bairros da zona norte de Manaus, ocorreu em meados da década de 1980, um novo momento de ocupações marcadas pela intervenção do Estado e seus projetos de conjuntos habitacionais populares incentivados pelas políticas públicas destinadas à moradia (Costa; Oliveira, 2007).

### **2.3 As moradias irregulares na paisagem urbana**

A temática das moradias irregulares na paisagem urbana destaca-se como uma manifestação peculiar dos desafios enfrentados pelo ordenamento do espaço nas áreas urbanas. Investigaremos como essas formas de ocupação do solo emergem, muitas vezes, como resposta às carências habitacionais, e como a informalidade pode moldar significativamente a morfologia e a dinâmica do ambiente

urbano. Essa abordagem permitiu uma reflexão aprofundada sobre as implicações sociais e espaciais das moradias irregulares, à luz das políticas urbanas e das condições socioeconômicas das populações envolvidas.

A moradia nas cidades brasileiras é dotada de enormes contradições e diversidades de infraestrutura, ofertas de serviço, e sobretudo, as formas de ocupações existentes. A produção da urbe é caracterizada pela simultaneidade dos acontecimentos, pois ao passo que em uma zona da cidade um bairro é bem estruturado para acomodar seus moradores, a zona de lado oposto não recebe o mesmo olhar “Esta diversidade não está relacionada a diferentes tempos de ocupação, ou seja, não foram ocupados em tempos diferentes e ‘com o passar do tempo’. Trata-se de uma variação no mesmo tempo e no mesmo espaço” (Rodrigues, 2001, p.11).

Esta desigualdade habitacional não se resume apenas à infraestrutura e serviços, ela se estende às oportunidades disponíveis para diferentes estratos sociais. Enquanto alguns bairros desfrutam de acesso fácil a empregos, educação e serviços de saúde, outros enfrentam obstáculos significativos, criando uma divisão entre os privilégios e as carências. Essa disparidade não afeta somente o presente, mas também os acontecimentos a longo prazo, gerando desigualdades e limitando o potencial de desenvolvimento das comunidades.

Mais especificamente em Manaus, metrópole localizada na região amazônica, que apesar de caracterizada por peculiaridades naturais que a distinguem das demais regiões brasileiras, não se difere no quesito segregar espacialmente seus habitantes, e no que diz respeito à paisagem urbana da cidade, este processo revela como a sociedade opera para produzir uma estrutura urbana em meio à floresta Amazônica:

Em se tratando da paisagem urbana de Manaus, este processo explicita a dinâmica da sociedade para produzir uma complexa estrutura urbana no meio da floresta, o que não significa desconhecer que a relação entre o homem e a natureza predominante na Amazônia teve e continua tendo como principal característica a degradação, demonstrando que a persistência do mito da produtividade ilimitada e a imposição de um urbanismo segundo modelos pré-estabelecidos constituem-se em alguns dos maiores equívocos do nosso tempo, culminando num emaranhado de ações que determinam novas relações sócio-espaciais modificadoras, da natureza, da paisagem urbana, e, principalmente dos modos de vida (Oliveira, 2003, p. 29).

A imposição de modelos urbanos predefinidos praticada desde a colonização até a contemporaneidade, é um dos maiores condutores para os problemas

urbanísticos enfrentados em Manaus. Esses equívocos resultam em uma série de ações que geram novas relações socioespaciais transformadoras, afetando a natureza, a paisagem urbana e, principalmente, a vivência cidadina. De forma resumida, o desenvolvimento urbano na cidade de Manaus reflete não apenas uma complexidade arquitetônica, mas também uma interação complicada e por vezes prejudicial entre a sociedade e o ambiente natural.

A questão habitacional da cidade de Manaus é historicamente formada por grandes contradições socioespaciais, como podemos observar na literatura, desde o período do ciclo da borracha, momento em que houve um grande aumento demográfico, houve, conseqüentemente uma mudança na paisagem urbanística, bem como no quesito moradias que já iniciam a segregação espacial dessa população:

O 'progresso' só passou em seu belo e dourado coxim para alguns: uma minoria. Para a maioria da população — justamente aquela que construiu a cidade — significou um degradamento das condições e da qualidade de vida. O Cadastro Predial de Manaus, publicado no Mensário de Estatística (n° 31) revela isso: na época em que Manaus tinha um total de 10.358 casas, menos da metade era de alvenaria, enquanto 5.710 casas foram colocadas na categoria de casebres, estâncias, barracões e casas de taipa ou de madeira (Freire, 1993-1994, p.174).

Fazendo uma analogia do passado com o presente, há uma grande diferença entre as ocupações do espaço urbano realizadas do momento anteriormente citado, o ciclo da borracha, com o atual contexto de urbanização da cidade de Manaus, entretanto as formas de ocupação do espaço seguem tendo um ponto em comum, uma parte da população manauara continua mantendo seus privilégios em detrimento das classes menos favorecidas.

[...] não são apenas manifestações das desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como se proliferam (Oliveira; Costa, 2007. p.10).

É ressaltado pelos autores como as disparidades sociais não se limitam apenas a serem expressas por meio de desigualdades socioespaciais causadas pela ausência de serviços essenciais e direitos humanos. Eles também ressaltam que essas disparidades não são apenas aceitas, mas também se multiplicam em uma sociedade urbana.

A ocupação irregular do solo urbano é um fenômeno bastante recorrente em todo o território brasileiro, e trata-se de uma forma de reprodução espacial comumente caracterizada por localizar-se em áreas marginalizadas da cidade, mas que conforme Pinto (2007), alocam-se onde também existe proximidade de espaços com uma infraestrutura já existente, ou seja, os serviços como energia, água e transporte.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia é a norteadora do trabalho científico, para Demo (2014, p. 19) a metodologia é “uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”, por isso, tem como função dar meios para chegar ao que foi planejado, e neste contexto explicitamos sobre o método e os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

Por tratar-se de uma pesquisa a qual busca compreender como se dá um processo de ocupação irregular e o significado atribuído aos sujeitos que a vivenciam, o presente trabalho possui caráter qualitativo, cuja principal característica é “entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, 2010, p. 26).

O estudo é classificado como pesquisa básica pura ou fundamental, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2015), este tipo de pesquisa tem como finalidade gerar mais conhecimento teórico acerca do tema em pauta, objetivando ampliar as discussões sobre a problemática.

#### **3.1 O método**

O método pode ser descrito como um processo pelo qual a realidade vem a ser analisada e sintetizada para se chegar a uma conclusão, por meio de um terreno sólido que permite traçar um caminho para se chegar ao conhecimento científico. É uma forma de sistematizar e organizar os pensamentos acerca de determinado objeto, a fim de contribuir para a confiabilidade e avanço contínuo da ciência (Sposito, 2004).

Empregamos o método dialético como uma forma de interpretar o contexto da problemática apresentada, a fim de compreender as transformações e contradições no espaço. Neste método de pesquisa “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento, nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”, no entanto não deixam de ser processos onde há uma relação, pois “as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 101).

Referindo-se à interpenetração dos contrários, uma das leis fundamentais da dialética, Demo (2014) afirma que:

A dialética não pode afirmar que algo existe e não existe ao mesmo tempo, ou que algo é e não é ao mesmo tempo. Seria contraditório. O que ele afirma é a convivência de contrários, ou seja, de elementos que tem na sua exclusão apenas uma face do fenômeno (Demo, 2014, p.88-89).

Neste contexto, a dialética argumenta a coexistência de opostos, isto é, a presença de elementos que, ao serem excluídos mutuamente, constituem apenas uma parte do fenômeno. Logo, ela destaca que a contradição não está na simultaneidade de opostos, mas na interação e complementaridade de elementos que, embora aparentemente contraditórios, são essenciais para a compreensão completa do fenômeno em questão.

Ainda é destacado por Sposito (2004) como “geralmente, os trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por ser mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado” (Sposito, 2004, p. 46-47). Ou seja, a forma como abordamos a questão das moradias irregulares apresenta esse teor crítico e a procura das dinâmicas existentes entre os fenômenos.

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Como procedimento metodológico, foi realizado um levantamento bibliográfico de materiais, tais como artigos científicos, dissertações, teses, livros, matérias de jornais, e demais fontes fundamentadas que auxiliam na análise de dados já obtidos e na apreensão do problema (Gil, 2022).

Ademais, foi realizada uma pesquisa documental a fim de retratar os conteúdos registrados inerentes ao processo de ocupação do Bairro Nova Cidade, de forma regular e irregular, sobretudo documentos institucionais, mantidos em arquivos de órgãos públicos, como o Instituto de Geografia e História do Amazonas - IGHA, localizado no centro histórico de Manaus, bem como documentos iconográficos, como forma análise de registros das transformações ocorridas no bairro (Gil, 2022).

Ainda como procedimento, foi realizada uma pesquisa de campo nos espaços ocupados irregularmente no bairro Nova Cidade, com o intuito de “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura

uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (Marconi e Lakatos, 2015, p. 69).

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário que conforme Marconi e Lakatos (2015), é caracterizado por compor uma série de questões em linguagem simples e direta. Foram elaboradas perguntas com o intuito de responder as dúvidas acerca do perfil dos moradores das ocupações irregulares, partindo de informações gerais, e seguindo para assuntos mais aprofundados, como as condições de moradia, meios de subsistência, acesso a serviços públicos, infraestrutura comunitária, relações comunitárias, percepções sobre a regularização, desafios ambientais, participação e decisões locais e por fim, expectativas futuras.

Foi realizado registro fotográfico como técnica para melhor ilustrar os conteúdos pautados, considerando que através da subjetividade de uma imagem capturada por quem a fotografa, pode-se exprimir as considerações feitas acerca de uma paisagem cultural, expondo, assim, um olhar geográfico crítico e único:

Sob a perspectiva da nova geografia cultural, a dimensão subjetiva da paisagem se manifesta ao considerarmos que ela só existe enquanto é percebida (da mesma forma que o objeto fixado na fotografia). A paisagem é, de fato, aparência e representação criadas pelo observador (Moura, 2018. p.41).

Na visão da nova geografia cultural, a paisagem não é apenas um cenário físico, mas também uma construção subjetiva que se revela quando é percebida, semelhante ao modo como um objeto capturado em uma fotografia só existe quando é observado. Em outras palavras, a paisagem não é uma realidade objetiva e independente, mas uma aparência e representação moldadas pela interpretação do observador. Ela ganha significado e existência através da perspectiva e experiência do indivíduo que a contempla, destacando a influência da subjetividade na forma como percebemos e compreendemos o ambiente ao nosso redor.

As visitas de campo ocorreram durante o mês de dezembro de 2023, sendo a primeira ocupação a ser visitada, nomeada pelos próprios moradores como “Comunidade das flores” e em seguida, a segunda ocupação “Comunidade indígena Nova Vida”. Para a realização das entrevistas foi necessário a utilização de um smartphone com a instalação de um aplicativo de GPS, o Avenza Maps, para marcar as coordenadas geográficas dos pontos percorridos, além de um aplicativo de gravador de voz para captação de áudio das entrevistas.

Após as idas a campo, dispendo de todas as coordenadas geográficas dos pontos, foi elaborado um mapa de localização das áreas de ocupações visitadas no bairro Nova Cidade, com a finalidade de auxiliar o entendimento das dimensões do fenômeno na malha urbana de Manaus.

**Figura 1 - Fluxograma de Procedimentos Metodológicos**



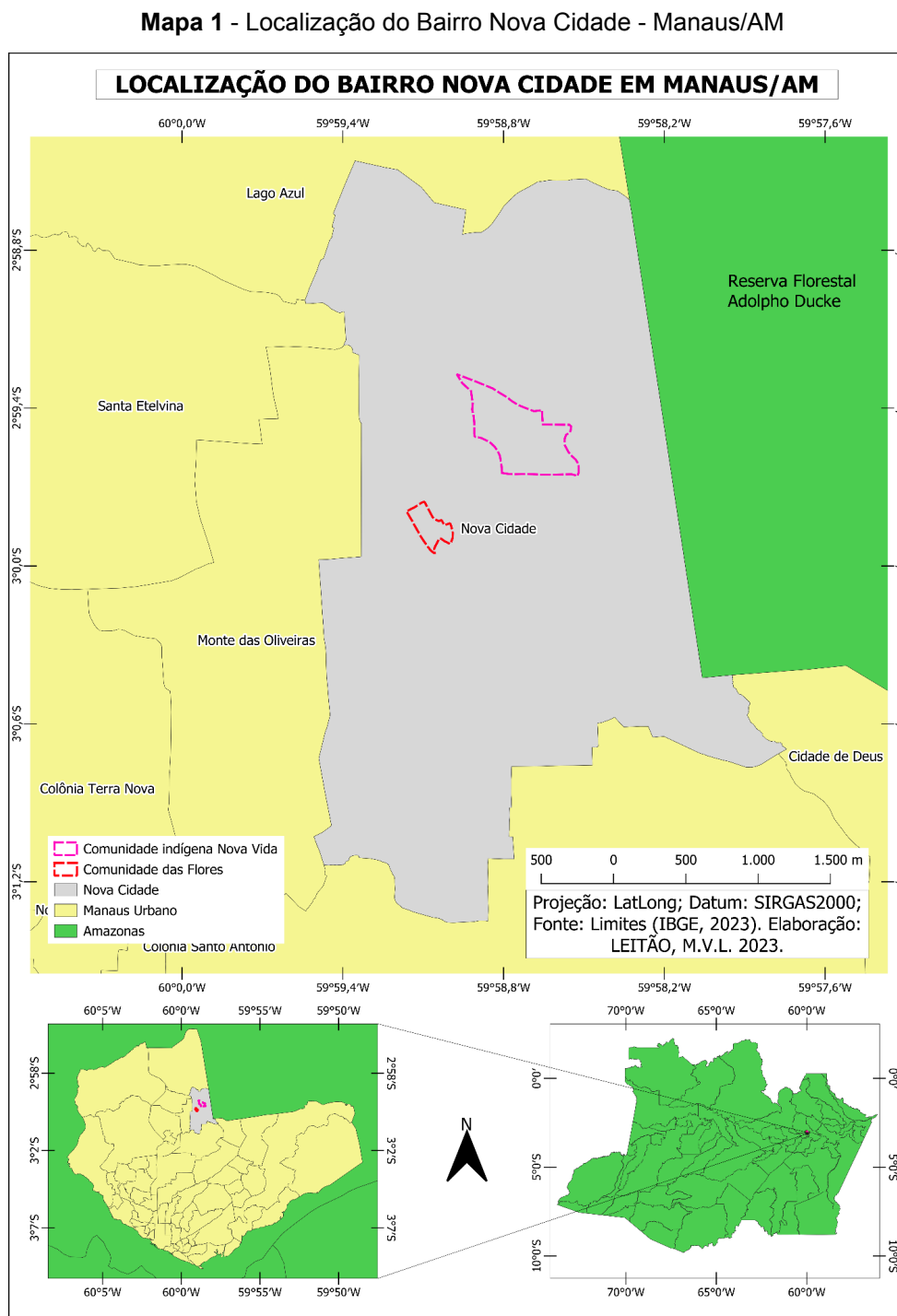
**Elaboração:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023

Observa-se no fluxograma de atividades (Figura 1) mais detalhes sobre os procedimentos e técnicas utilizadas para a prática desta pesquisa, em ordem, com a finalidade de alcançar os objetivos explanados. Realizar este caminho se faz de extrema necessidade para este trabalho a fim de obter resultados consistentes.

Para a análise dos dados obtidos em campo, foi utilizado o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), cujas propostas de leitura e interpretação são geralmente usadas em pesquisas de teor qualitativo, tal qual apresenta o presente estudo. As formas de organização, codificação e categorização do conteúdo coletado nas entrevistas são etapas necessárias para tornar as informações apanhadas mais esclarecidas.

### 3.3 Área de estudo

A área de estudo compreende o bairro Nova Cidade, localizado na zona norte de Manaus, conforme mostra o Mapa 1.



Elaboração: LEITÃO, M. V. L., 2023.

De acordo com a lei nº 1401, de 14 de janeiro de 2010, a qual determina uma nova divisão territorial para os bairros de Manaus, o que a princípio era um Conjunto Habitacional componente do bairro Cidade Nova, foi elevado a um novo bairro da metrópole Manaus para atender as demandas populacionais e espaciais, e posto isto, foi então delimitado da seguinte forma:

53 - NOVA CIDADE SUPERFÍCIE: 1044,48 ha

Ponto Inicial - Ig. do Passarinho com Av. Samaúma.

Descrição do Perímetro - Inicia na Ig. do Passarinho com Av. Samaúma; segue por esta até a Av. Margarita; segue por esta até o limite oeste do Loteamento Nova Cidade; seguindo por este no sentido Sul-Norte até a Av. Curaçao; seguindo por esta até a rotatória do João Paulo II; contornando esta (inclusive) até a Av. Dom Jackson Damasceno; seguindo por esta até o Ig. da Bolívia; seguindo por este até o limite Oeste do Conj. Habitacional João Paulo II; seguindo por este no sentido Sul-Norte até o limite Norte do referido Conjunto; seguindo por este no sentido Oeste-Leste até o limite Norte do Residencial Parque Buritis; seguindo por este no sentido oeste-leste até o limite Leste do referido Conjunto; deste no sentido Norte-Sul até o afluente do Ig. da Bolívia; seguindo por este até o limite Oeste da reserva Adolfo Ducke; seguindo este no sentido Norte-Sul até o limite Sul da reserva Adolfo Ducke; deste até o Ig. do Canaranas; seguindo por este até a Av. Margarita; seguindo por esta até a rua Ilhas Maldivas; seguindo por esta até a Av. Curaçao; seguindo por esta até a rua Damaco; seguindo por esta até a rua Cisjordânia; desta até a rua Treviso; seguindo por esta até a Rua Síria; desta até a rua Ibitita; desta até a rua Gravataí; segue por esta até a rua Ibirapitinga; desta até a rua Hortolândia; desta até a rua Santa Maria Bertila; segue por esta até a rua Laredo; segue por esta até rua Paulo Eduardo de Lima; seguindo por esta até o Ig. do Manoa; deste até o Ig. do Passarinho; seguindo por este até a Av. Samaúma. (Manaus, 2010, p.6)

As áreas que compreendem as principais avenidas do bairro caracterizam-se na atualidade por intensa movimentação comercial, sendo repletas de serviços de alimentação e gastronomia, saúde e bem estar, educação, transporte rodoviário, entre outros. Por conta disso, a segurança pública nas principais vias acontece com bastante frequência, através das operações de rondas de policiamento.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O aprofundamento e detalhamento dos resultados acerca do trabalho de pesquisa realizado em ocupações do bairro Nova Cidade, serão discutidos e esclarecidos nesta seção, a fim de explanar e compreender o desenvolvimento do bairro, especialmente com o recorte feito a partir de comunidades mais recentes em comparação com a história de início e desenvolvimento do bairro para assim ser possível de criar o diálogo entre estudo teórico e prático.

Nos desenvolvimentos clássicos a cidade tinha papel de ser um lugar de trocas e comércio de mercadorias, porém com o passar dos anos e com as mudanças nos sistemas político e econômico, entretanto a majoritária parte da população se concentrava no campo, isso torna-se quase regra nos períodos que antecedem a revolução industrial. Posteriormente a esta a cidade muda de características pertencendo e sendo composta por uma grande rede que agora além do trânsito de mercadoria traz também o trânsito de informações tais como o trânsito de técnicas (Lefebvre, 2008).

Para entender de fato a formação do território busca-se referenciar a história do desenvolvimento urbano de Manaus, estando intimamente ligada com a chegada da zona franca na cidade, que, por sua vez, tem importância direta com o desenvolvimento, tanto urbano quanto econômico da cidade. Com a implantação da Zona Franca Manaus no fim da década de 1960, toda a organização do espaço urbano de Manaus precisou revisar sua reestruturação, resultando na realocação de pessoas e na construção de novas vias a fim de facilitar o tráfego das empresas que procuravam se estabelecer aqui, com a finalidade de obter uma redução na cobrança de impostos.

Antes disso Manaus só havia experimentado um grande crescimento populacional no ciclo da borracha, e que com seu final na década de 1920 trouxe uma estagnação para a região tanto econômica quanto no crescimento da população uma vez que não se tinha um real atrativo para a cidade o que mudou com a instalação das empresas na ZFM (Oliveira, 2003). Nos meados desta mesma época se estabelece no Brasil uma tendência de ausência da participação popular na construção direta do espaço:

O Planejamento urbano no Brasil foi pautado em instrumentos urbanísticos, tendo nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo seus

representantes mais pragmáticos, que se tornaram 'opções' mais que perfeitas para solucionar as mazelas sociais. Contudo, muitos desses planos só tiveram a pretensão de guiar a orientação ao ambiente construído, não enfrentando as questões sociais. Além dos planos urbanos, como condutores da organização do espaço, existe uma ampla legislação urbanística, que oferece aos governos um imenso leque de possibilidades em promover o melhoramento das cidades como: a ampliação de recursos, regularização do mercado, regularização de áreas privadas ocupadas irregularmente, preservar o patrimônio cultural, arquitetônico, urbano e ambiental e promover o desenvolvimento sustentável (Ferrari Júnior, 2004, p.18).

E como não podia ser diferente, em Manaus observamos a repetição dos padrões que já vinham sendo observados em outras cidades do Brasil, onde os moradores iam sendo realocados conforme suas classes sociais, o importante era transformar o centro em uma área portuária para grandes navios e tirar toda a população menos abastada de poder aquisitivo da vista dos grandes empresários que viriam a se interessar em instalar suas empresas na cidade (Oliveira, 2003).

Não era de interesse do poder público que as áreas residenciais de pessoas de baixa renda se confrontarem com a realidade que o mesmo queria vender na época, e durante o fim do século XX foi essa decisão que ditou a construção do espaço urbano manauara, espaço esse, que é fragmentado e articulado, onde, inevitavelmente haverá o confronto de áreas residenciais e industriais (Corrêa, 1989).

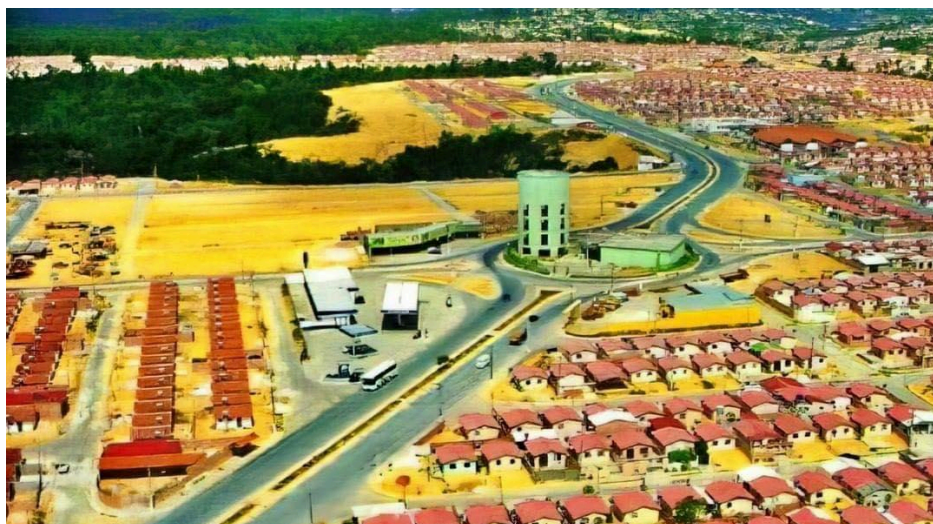
#### **4.1 Formação social e territorial do bairro Nova Cidade**

Podemos citar como exemplo a realocação dos moradores daquela que era conhecida como "cidade flutuante", onde os moradores sem condições financeiras foram realocados para conjuntos onde as casas eram feitas de madeira, posteriormente outros conjuntos surgiram e em meio ao surgimento destes, ainda no final do século XX temos o surgimento daquele que daria origem ao bairro Nova Cidade, o chamado Conjunto Habitacional Nova Cidade (Souza, 2010).

O surgimento daquele que daria origem ao bairro Nova Cidade, o chamado Conjunto Habitacional Nova Cidade (Figura 2) surge a partir de 1999 com a criação do Programa de Melhoria de Habitação Popular através do decreto n. 4.714. Antes da criação do programa a área correspondente a 700,92 hectares pertencia à Reserva Florestal Adolpho Duke, e se tratava de uma área de interesses especiais

tendo em vista a proteção de fauna e flora bem como de corpos de água que nascem na reserva (Torres, 2009).

**Figura 2:** Conjunto Habitacional Nova Cidade



**Fonte:** BRAGA, G. V., 2002

Inicialmente o conjunto surge com a proposta de ser uma área diferenciada em relação aos conjuntos feitos anteriormente, uma vez que esse conjunto iria contar, antes de sua entrega aos donos, com todo um aparato de infraestrutura urbana, como serviço público de água, energia elétrica, telefonia, esgoto, não esquecendo de áreas comerciais e de lazer, além de equipamentos comunitários como educação e saúde. Das 12 mil casas planejadas inicialmente, somente 9,5 mil foram entregues, entrega essa que mostra seu caráter de segregação uma vez que essas casas eram entregues mediante a sorteio feito apenas para funcionários públicos do estado (Torres, 2009).

Após a entrega do conjunto foi observado inicialmente que este não possuía todos os equipamentos urbanos que foram inicialmente propostos, o que não impediu a valorização das casas, e por consequência dos terrenos, devido a especulação imobiliária crescente na região do conjunto que inicialmente pertencia ao bairro Cidade Nova, onde as casas melhores localizadas possuíam os preços mais elevados em comparação as localizadas em terrenos mais baixos, tendo em vista a forma com que a cidade cresce:

Afirmamos que a produção espacial se realiza de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital e deste modo dissemos que a cidade se apresentaria como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade. Todavia este é apenas um lado da moeda, o outro refere-se ao trabalhador e ao consumidor de modo geral. Este ponto de vista implica

em considerarmos a necessidade de se morar, habitar e viver num determinado lugar (Carlos, 1986, p.129).

Inicialmente o programa de construção de conjuntos visava garantir acesso à moradia para grande parte da população, mas a especulação imobiliária, nessas áreas e em seus entornos fez rapidamente com que os preços ficassem inacessíveis para a parte da população que deveria ser beneficiada pelos programas e como citado acima, vimos a cidade materializando as condições gerais e em destaque as sociais.

Porém devido a infraestrutura da área, rapidamente surgiram, no entorno do conjunto, habitações irregulares fazendo assim com que a densidade populacional crescesse rapidamente na área, o que culminou com o poder público reconhecendo o Nova Cidade como bairro no ano de 2010 (Silva; Lima; Castro, 2023).

O fato que aqui se destaca é a negligência do poder público quanto ao cuidado com o ambiente, tendo em vista que o conjunto já havia sido construído onde anteriormente se tratava de uma área que, como citado, pertencia inicialmente a uma reserva de proteção biológica. E ressaltando que posteriormente ao início das migrações para o conjunto, inúmeros levantamentos foram feitos a fim de preservar os corpos hídricos que cortavam o conjunto.

Sabemos o quão variado são as classificações e explicações acerca do que vem a de fato ser um bairro, alguns autores classificam como unidade espacial dentro da cidade, já outros definem como uma simples divisão territorial da cidade. O fato é que independentemente da sua epistemologia temos o surgimento do bairro deixando de ser apenas um conjunto habitacional que já abrigava um número de famílias maior do que inicialmente se pretendia.

Porém a elevação do conjunto a categoria de bairro não impediu com que as diversas áreas de ocupação irregulares continuassem a surgir, e atualmente a área do bairro segue em expansão, se intensificando com o passar dos anos entrando cada vez mais na área da Reserva Florestal Adolpho Duke. Reserva essa que há anos sofre com as pressões do crescimento demográfico cujo avanço resulta em ocupações não planejadas às suas margens.

Ocupações em áreas de atenção ambiental, sejam legais ou não, já carecem de uma atenção especial, mas muitas das vezes essas moradias irregulares apresentam, além dos possíveis impactos ambientais que irão ser causados, risco à vida dos respectivos moradores. Atrelando a problemática urbana das moradias com

a forma capitalista de reprodução espacial dentro das cidades, encontramos a receita para que cada vez mais esses tipos de moradias cresçam.

A forma com que a terra vira mercadoria dentro das cidades traz uma segregação baseada em classes sociais. Encontramos no centro da cidade de Manaus os terrenos com preços mais elevados, e por uma razão quase que lógica, talvez até entendida como natural, a parcela mais carente da população tende a ir para as margens da cidade (Barbosa; Furrier, 2013)

Ao território do Nova Cidade devemos uma atenção especial, compreender que a construção de um conjunto dentro de uma área de preservação ambiental, onde foram ignorados vários procedimentos de estudo dos impactos ambientais que a construção causaria, e mais ainda, com uma infraestrutura urbana, e levando em consideração o contexto de Manaus no final do século XX e na primeira década dos anos 2000, torna-se mais fácil compreender os motivos que levam a expansão do bairro.

No território que compreendia a área onde hoje é o bairro, tínhamos também a existência de um sítio arqueológico o qual as estimativas apontam que habitavam cerca de 5.000 a 10.000 indígenas que sofreram várias ameaças, desde o início da construção do conjunto e até mesmo posteriormente às suas mudanças. Além deste, um cemitério indígena com uma estimativa de cerca de 1.500 anos de existência teve exposição provocada pelo processo de terraplanagem e talvez tenha se perdido uma rica quantidade de material que viria a servir de estudo (Zogahib *et al*, 2013).

No que se observa hodiernamente, como dito pelo referido autor, os frutos dessa má gestão são os ônus das gerações futuras, que não podem se apropriar da cultura do próprio ambiente e espaço e conseqüentemente terão dificuldade de se sentir pertencentes a eles. E além da perda cultural observa-se que a necessidade de recuperação do ambiente será de responsabilidade das futuras gerações:

Neste caso, especificamente, em relação à má Gestão Ambiental os custos são irreversíveis e elevadíssimos (às vezes sem base de cálculo). Por fim, pode-se afirmar que os custos das casas do Projeto Habitacional Nova Cidade nunca poderão ser pagos pelas prestações (mensalidades) à Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas e que os custos reais (tangíveis e intangíveis) deste projeto serão arcados por todos, indefinidamente, pela perda de conteúdo da fauna, flora, cultural, histórico, geográfico, artístico e humano. Não temos como contabilizar perdas destas magnitudes (Zogahib *et al*, 2013, p.60).

Perdas significativas surgem como resultado de uma urbanização que cada vez segrega mais a sociedade na cidade que por sua vez acaba resultando na degradação ambiental que temos atualmente, é notável o crescimento de ocupações irregulares na cidade como um todo. Observa-se o mesmo padrão no bairro alvo do estudo, um bairro que surge de forma precipitada sem considerar o estudo dos impactos ambientais que tal empreendimento geraria que por sua vez degrada o ambiente e enfraquece o sentimento de pertencimento ao mesmo.

Além do que se abordou até aqui visava-se abordar a totalidade do desenvolvimento territorial e social do bairro, assim sendo não se deve ignorar as vivências obtidas por aqueles que integram o bairro, seja desde o princípio de sua existência, seja mais recentemente em comunidades oriundas de ocupações irregulares. Tornou-se indispensável abordar tais vivências uma vez que para compreender o bairro devem ser levadas em consideração.

Os próprios moradores disseram haver a falta de atenção do poder público quanto a manutenção dos equipamentos urbanos nas áreas onde inicialmente temos o conjunto, e que desde o princípio do conjunto tais manutenções só acontecem em caráter emergencial. Vale ressaltar que já temos um histórico, por parte do governo, que não estabelece um cronograma de ações de manutenção (Torres, 2009).

As comunidades atualmente sofrem com os mesmos problemas, mais adiante será explanado como as comunidades que surgiram posteriormente a construção do conjunto habitacional, que em seu princípio eram consideradas irregulares, sofrem com a repetição dos erros de gestões anteriores, e destes a desconsideração com as necessidades dos indivíduos que compõem o espaço referido, se torna a mais alarmante deficiência das gestões:

O indivíduo é levado a escolher em todo instante, o que faz da vida uma constante possibilidade de mudança. O indivíduo escolhe em meio aos embates da vida social. Essa ideia faz com que o sentido da vida, da história, seja dado pelo próprio indivíduo. Os processos não têm sentido neles mesmos, mas são os indivíduos que dão sentido aos processos (Torres, 2009, p. 90).

Sendo o indivíduo parte tão importante e inseparável da materialização da geografia no espaço é a ele que se atribui a responsabilidade de produzir o espaço urbano, porém, como já citado, é a máquina pública que tem o poder para modificar suas características, seja por meio de máquinas, seja por meio de estudos sobre

impactos nos mais variados sentidos, e essa por sua vez segue um modelo capitalista de reprodução deste.

E é neste seguimento de ordens dentro da cidade que se torna tão visível a segregação dentro do bairro Nova Cidade, onde até mesmo em seu princípio as casas valorizavam de acordo com sua localização no terreno do bairro e em partes altas ou baixas, íngremes ou planas e levam em consideração o quão longe estão dos equipamentos urbanos. A construção desse espaço torna-se assim um refém de uma série de fatores alheios aos indivíduos que compõem esse espaço.

Contudo, essa reprodução se torna cíclica uma vez que a cidade é feita de reflexos da sociedade, e a sociedade de reflexos da cidade. E aqui vale citar a visão do ambiente como um vitral que resulta em um jogo de reflexos, logo a cidade, com seus bairros e redes e o choque desses reflexos resultam em um encontro de várias cidades dentro da cidade. Os valores que no período clássico pertenciam aos indivíduos reproduzir passam a ser de um conjunto de fatores que moldam o espaço (Brandão, 2006).

Desde sempre é aconselhável que se pense no desenvolvimento levando em conta as os atributos da natureza já que esse era tido como atributo que não teria como ser alterado, diferentemente de um atributo antropomórfico, porém ao chegar de inovadoras tecnologias pode-se notar que ambos podem sofrer mudanças e transformações, porém será diretamente determinada pela localização de tal terreno. Como vemos:

A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro. Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a notadamente o espaço organizado, como o atual, ao presente representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (Santos, 1977, p.5).

O espaço está em constante mudança esteja ele sobre quais circunstâncias forem, como nos explica Corrêa (1989) o espaço urbano que fragmentado e simultaneamente articulado é o reflexo de um condicionante social, onde podemos considerar que assim como as formas de organização da sociedade mudam, mudam

também as formas de configuração do espaço. E as margens do esboço de uma infraestrutura urbana surgem as ocupações irregulares quase como que obrigadas a procurar seu lugar às margens de uma área que aparenta ter tais equipamentos comunitários. Logo destacam-se como principais produtores deste modo urbano os grupos sociais excluídos:

Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas (Corrêa, 1989, p. 4).

No entanto, tal produtor é o que mais sofre influência de outros fatores incluídos também na reprodução do espaço urbano, sendo assim o processo que ditará a forma com que o espaço se organizará. Esta seria resultado da competição que o autor chama de “impessoal” uma vez que esta gera espaços de dominação de variados grupos sociais e até mesmo dentro do bairro observa-se essa segregação por classes:

Porém, como se verifica o rebatimento no espaço das classes sociais fragmentadas? Verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade de cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e à localização. Em relação ao onde morar é preciso lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e qualidade. Esta diferença reflete em primeiro lugar um diferencial no preço da terra – que é a função da renda esperada – que varia em função da acessibilidade e das amenidades (Corrêa, 1989, p. 10).

É inegável que a falta de moradia é um problema, não só da cidade de Manaus, assim como para o Brasil todo, e é deste modo que surgem muitas das ocupações irregulares que temos conhecimento atualmente, nos mostrando diretamente o contraste entre “as cidades dentro da cidade”. Há um claro choque de realidades desiguais que se torna ainda mais fisicamente notável conforme se observa as margens do referido bairro (Brandão, 2006).

E segundo o autor deve-se pensar nas diversas cidades que formam uma cidade pois elas se configuram tais como as inúmeras formas de cidades que surge onde algumas se assemelham a ideia de polis proposta por Platão já outras tem no seu cerne a ideia de cidade moderna onde a parte essas “cidades” servem tão somente para comércio e trocas.

Entretanto quando falamos da forma contemporânea de se pensar o espaço urbano nos deparamos com uma forma de reprodução que permeia as outras trazendo mudanças diretas na paisagem, e assim como em outros aspectos do capitalismo, transformando o espaço urbano em uma extensão de serventia ao capital onde as configurações espaciais tendem a obedecer às necessidades de determinada região.

Uma vez que a distribuição das pessoas assim como a do comércio se dará a partir das necessidades de ambos (estado e indivíduo), sejam elas externas onde estas representam os modos de produção, quanto interna que advém das procuras, sejam por produtos sejam por serviços. E é interdependente das estruturas de classe, ou seja, a formação social que parte da luta entre o novo que tenta subjugar o velho (Santos, 1977).

E não ignorando a forma já explanada que o bairro se desenvolveu, temos a repetição de um padrão que indiscriminadamente avança por dentro da reserva ignorando as áreas de preservação, acarretando nos diversos problemas que são escamoteados por soluções e decisões tomadas às pressas e sob pressão, seja ela por uma eleição que se aproxima seja ela por algum desastre que tenha assolado determinada área.

O bairro Nova Cidade, assim como suas comunidades se destacam uma vez que a disparidade entre o tempo de regulamentação das comunidades que surgiram posteriores ao conjunto é de anos, e até mesmo as comunidades mais antigas demoraram a serem regulamentadas e a fazerem parte de fato do bairro. Mas a quem interessava essa demora e com qual objetivo se facilitou a regulamentação de algumas dessas comunidades, veremos a seguir com os resultados obtidos a partir das entrevistas e dados coletados.

#### **4.2 Expansão territorial irregular no bairro Nova Cidade**

Diante dos fatos históricos de acontecimentos que levaram a cidade a se expandir no final da década de 70, em grande parte pelas políticas de ocupação do governo militar, e uma migração que se manteve constante nas décadas seguintes. Atração essa que, como de conhecimento, se deve a fatores como a instalação da zona franca que partiu de uma série de medidas do governo federal da época, a fim

de que se intensificassem as atividades industriais na região (Nazareth; Brasil; Teixeira, 2012).

Deve-se levar em consideração a heterogeneidade das áreas da cidade e o seu desenvolvimento como um todo, uma vez que a cidade de Manaus teve, e tem, seu desenvolvimento urbano acontecendo de forma não planejada, com moradias muita das vezes precárias o que gera impactos ambientais e prejudica a qualidade de vida dos moradores daquela determinada área, o que vai gerar, como consequência, problemas que atingirão o mesmo em um futuro próximo

Isto, como já exposto, se deve a inúmeros fatores, dentre eles a especulação imobiliária que limitava cada vez mais o acesso à terra, deixando cada vez mais caros as áreas no entorno do centro da cidade, marginalizando assim famílias de baixa renda que buscam preços mais acessíveis de terra e moradia. Mas se o capital vai dizer em que área determinada pessoa vai morar podemos afirmar que a especulação imobiliária que pertence ao complexo financeiro, compreende como resultado, as relações entre o mercado e as políticas públicas:

Nessa perspectiva, compreendemos que a questão da habitação não se coloca apenas em relação à necessidade humana e ao déficit, mas constitui-se como fator de desigualdades sociais, ancorado nas relações sociais que se estabelecem na sociedade capitalista. A problemática da habitação, ao ser imposta pelas condições de mercado, entra em confronto com a condição de cidadania. Articulado a isto, colocam-se, para além da compreensão da habitação como abrigo, as demandas dos cidadãos por melhores condições de vida na cidade, considerando-se fatores como infraestrutura e serviços, e ainda, as demandas por democratização do espaço urbano (Santos, 2001, p. 210-211).

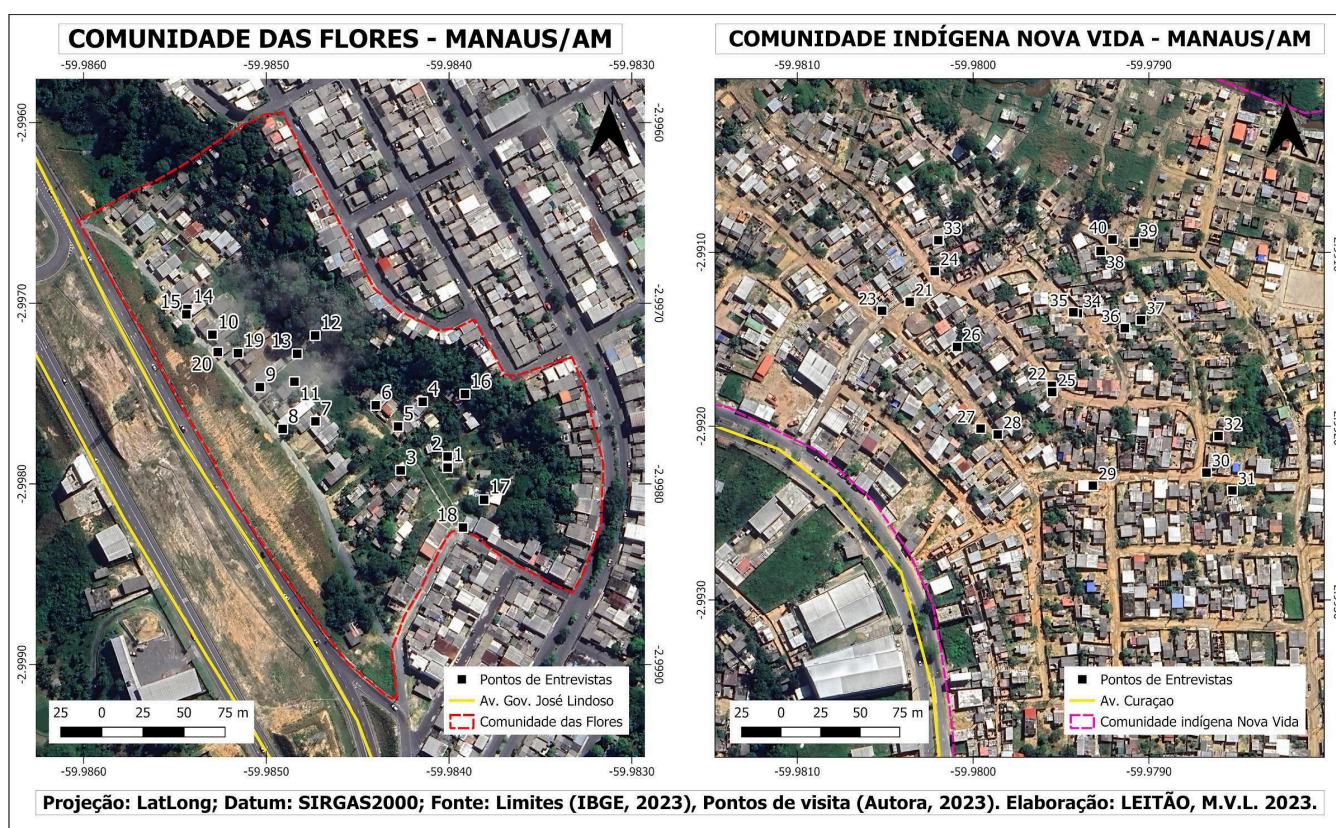
Atualmente as grandes cidades geram um problema na sociedade que nos faz refletir acerca da dialética entre moradia e capitalismo. A falta de moradia ou as suas condições já que temos um fracionamento da terra urbana onde cada indivíduo mora conforme sua capacidade de pagamento, gerando assim, como já dito anteriormente a segregação social do espaço urbano, tendo como alvo de periferização os mais desfavorecidos financeiramente.

Todavia, sabe-se que, onde hoje se localiza o mesmo, se iniciou como conjunto, mas a rápida migração para o sítio o diferenciou dos demais conjuntos construídos no seu entorno. A infraestrutura urbana fez com que rapidamente se observasse o adensamento populacional, não só na região que compreendia o conjunto, mas também nas suas imediações, crescimento esse que ainda se

observa nos dias de hoje, e como foi observado em campo, nos dados que aqui serão explanados.

Torna-se necessário se atentar às mudanças observadas, desde a construção do conjunto até a consolidação do bairro e as mudanças perceptíveis no modo de urbanização, bem como analisar as transformações no espaço desde a elevação do conjunto para bairro até os dias atuais e como o poder público lida com as comunidades que surgem nas margens do bairro, que crescem e continuam se espalhando com o passar dos anos.

**Mapa 2 - Localização das Comunidade Visitadas em Campo**



**Elaboração:** LEITÃO, M. V. L., 2023.

Foram visitadas duas das comunidades (Mapa 2) que surgiram após a consolidação do Nova Cidade como bairro, a primeira foi a Comunidade das Flores, e a segunda, Comunidade Indígena Nova Vida. Cada uma das duas possui particularidades em relação ao seu desenvolvimento, particularidades essas que se tornam palpáveis conforme se adentra nas mesmas. Em ambas foram recolhidos dados dos moradores a fim de se elaborar ainda mais o teor da pesquisa.

Ambas as comunidades compreendem a área que atualmente é o bairro Nova Cidade. A Comunidade das Flores fica localizada ao lado da avenida Governador

José Lindoso. Já a Comunidade Indígena Nova Vida localiza-se ao lado da avenida Curaçao. A comunidade das Flores neste ano de 2024 fará 12 anos de fundação e 2 anos de legalidade, e a Comunidade Indígena Nova Vida existe há aproximadamente 7 anos, tendo sido regulamentada há 2 anos.

Para melhor compreensão será referido a Comunidade das Flores como comunidade 1 e a Comunidade Nova Vida como comunidade 2. Foram realizadas 40 entrevistas sendo 20 na comunidade 1 e a outra parte na comunidade 2. Trechos das entrevistas falam bastante sobre a visão que a sociedade diretamente afetada pelas mudanças no plano de organização urbana tem sobre a mesma.

**Figura 3** - Comunidade das Flores



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023.

A comunidade 1 (Figura 3) compreende uma área de, aproximadamente, um campo de futebol. Segundo dados obtidos pela concessionária de água da cidade de Manaus a referida comunidade abriga mais de 450 moradores, e dando ressalva para seu tempo de existência, é de se espantar saber que os serviços de infraestrutura urbana, se fazem ausentes, e até mesmo os mais básicos como água de qualidade, só foram ser instalados na comunidade após mais de 11 anos de sua existência.

Porém, para que a água tratada pudesse ser disponibilizada para os moradores a ocupação necessitou ser regularizada, reconhecido pelo poder público como pertencente ao bairro, uma comunidade pertencente à cidade de Manaus. E neste ponto, vemos encaixar novamente a ideia do já mencionado Bezerra (2011), que explana a visão epistemológica de bairro, dos mais variados pontos de vista, e sobretudo da Geografia.

O autor expõe que a ideia de bairro, que de uma forma geral, se trata, em suas palavras, de uma simples divisão territorial dentro da cidade, divisão essa que ao fragmentar o território viabiliza a unidade a fim de melhor administrar a dinâmica de reestruturação urbana que temos no Brasil na primeira década do século XXI. Atualmente o bairro se torna parte de uma administração que busca tornar expoente a produção do capital.

Ao lado da etapa 2 da Avenida Governador José Lindoso, conhecida como Avenida das Flores é onde se localiza a comunidade 1, tal avenida teve a construção iniciada no ano de 2012, não por coincidência, um ano depois tivemos o início da ocupação irregular. Em entrevista feita na mesma, obteve-se a informação que a venda dos terrenos na área que hoje corresponde a comunidade, fora feita pelos funcionários da empresa responsável pela construção da avenida citada, como será explicado no decorrer deste subcapítulo.

A comunidade 2 (Figura 4) se localiza ao lado da Avenida Curaçao, e compreende a uma área que abriga cerca de 2.400 famílias, de maioria indígena, que ocuparam o espaço no ano de 2018 e somente conseguiram sua regularização em 2023. A mesma se trata da comunidade indígena nova vida, que se iniciou com o cacique João que reuniu vários indígenas de diversas etnias e deu origem a ocupação.

Segundo o líder da comunidade, a mesma possui cerca de 3.500 moradores, onde inicialmente 400 ocupantes eram indígenas, por conta disso a denominaram como uma comunidade indígena, porém devido às dificuldades de assistência de subsistência, um número de moradores preferiu voltar para a aldeia, atualmente a comunidade conta com aproximadamente 250 moradores que se autodeclaram indígenas, de acordo com as estimativas do cacique. Atualmente a maior parte dos moradores é constituída por não-indígenas.

Tendo em vista a periculosidade da área onde foi feita a pesquisa e com a finalidade de preservar a identidade dos moradores de ambas as comunidades, será

utilizado nomes fictícios ao citar as suas falas, uma vez que os mesmos podem sofrer represálias de facções criminosas por compartilhar informações da comunidade, fato esse que será explanado mais a frente.

**Figura 4:** Comunidade Indígena Nova Vida



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023

De acordo com a entrevista realizada *in loco* no dia 21 de dezembro de 2023 na comunidade 1, com a moradora Diana das Flores, residente da comunidade há cerca de 10 anos, tendo origem no estado do Ceará, e sendo uma das pioneiras a comprar um lote de terra na comunidade. Obteve-se a seguinte informação: “O antigo dono do terreno só vendeu aqui pra mim. Foi logo no começo, ele tirou vários lotes e vendeu”, a mesma complementa dizendo:

Os próprios funcionários que fizeram essa avenida aí em cima [Av. Governador José Lindoso], que eram da empresa Etam [Construtora de iniciativa privada] que tavam [*sic*] trabalhando na empresa aí em cima [Av. Governador José Lindoso] arrumando o terreno, viram essa sobra de terreno aqui e eles então fizeram um aterro entre eles lá, aí então eles pegaram, lotearam e começaram a vender, foi assim que eu consegui esse terreno (Diana das Flores, 2023).

A luta por terrenos na cidade de Manaus acontece das mais variadas formas, temos, na fala da moradora uma clara violação às leis de compra e venda de terras

da cidade de Manaus. Ambas as comunidades iniciam-se partindo do ponto de que as duas surgem de forma irregular e rapidamente começam a fazer parte do bairro, no entanto na ocupação 1, há um caso de loteamento clandestino de terra pertencente ao governo do Estado.

É importante ressaltar o fato de que a área onde hoje se encontra a comunidade 2 se tratava de um cemitério indígena na qual foi feita a coleta e retirada dos artefatos arqueológicos encontrados da região e posteriormente conservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, uma autarquia federal ligada ao Ministério da Cidadania que zela pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Se levarmos em consideração a fala dos moradores e nos lembrarmos da história inicial de desenvolvimento do bairro, retornaremos ao fato de que o conjunto, que posteriormente viria a ser bairro, iniciou as margens da reserva florestal Adolpho Duke (Figura 5), reserva que tem sua jurisdição municipal de acordo com o decreto que cria a Área de Proteção Ambiental Adolpho Ducke, e dá outras providências (Lei nº1502 de 27 de março de 2012).

**Figura 5:** Proximidade com a Reserva Florestal Adolpho Duke



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023

Se temos então uma área regulamentada pelo estado, deve-se seguir a legislação estadual para a obtenção da terra, e segundo essa legislação sobre

aquisição, destinação, utilização, regularização e alienação dos bens imóveis do Estado do Amazonas (Lei nº 2754 de 29 de outubro 2002):

Art. 5º - A Administração Pública Estadual identificará, demarcará, cadastrará e registrará os imóveis pertencentes ao Estado do Amazonas, podendo, para tanto, firmar convênios com os Municípios e celebrar contratos com a iniciativa privada, observados os procedimentos licitatórios exigíveis (Amazonas, 2002).

Nos dias de hoje é alarmante o número de ocupações irregulares na cidade, onde Barbosa (2017) traz a ideia de uma “indústria da invasão” uma vez que muitas das pessoas que compram lotes de terra em áreas irregulares, adquirem esses lotes de grileiros e pessoas mal intencionadas, muita das vezes essas pessoas adquirem, sem nem ao menos ter ciência que se trata de uma área irregular, e acabam ocupando a terra por não terem outras condições.

Se torna cada vez mais notável a irregularidade na obtenção dos terrenos que hoje compreendem a comunidade 1, porém os fatores que levaram a ter por consequência o loteamento e posteriormente a venda destes terrenos deve ser analisada com mais criticidade a fim de se obter uma melhor compreensão das prováveis causas que levaram ao fato.

Mesmo com esse surgimento, no mínimo suspeito, as pessoas não deixaram de se instalar na referida comunidade, levando em consideração os elevados preços da terra próximo ao centro conseguimos compreender melhor a necessidade de algumas famílias de buscarem meios mais rápidos e baratos de conseguir seu pedaço de terra na cidade, visto de morar é uma necessidade urgente.

A própria entrevistada expôs que se mudou para a comunidade por não possuir condições de morar mais próximo ao centro, e que por ter duas crianças pequenas não pode manter-se nu aluguel. Segundo a mesma: “Vim pra cá porque vivia de aluguel e era um absurdo, eu tinha criança pequena, aqui era um meio de economizar então o único jeito foi ter vindo pra cá”.

Segundo Vasconcelos (2006) que nos traz a luz que uma das definições de pobreza é aquele que não pode obter os bens de primeira necessidade, o mesmo segue e menciona a pobreza como fator de exclusão pela falta de recursos para manter a vida nas metrópoles. É nas grandes cidades que observamos a construção da paisagem e da vida cotidiana mediante a circulação de capital.

Nas entrevistas foi observado que existe um consenso entre os moradores que afirmam que a comunidade 1 é de fato regulamentada, apesar de não contar

com os devidos aparelhos urbanos como será explanado mais a frente. Porém, ainda na mesma entrevista, obteve-se uma resposta contraditória da moradora, quando questionada sobre sua visão sobre a regulamentação da comunidade, a entrevistada trouxe a seguinte informação:

Pra te falar a verdade acho que nunca nem foi ajei...[ajeitado] por que de vez em quando a SEMMAS [Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS] vem aqui. Por que assim eles deram um papel pra gente por que no começo quando começou aqui eles vieram pra tirar as pessoas como se fosse área verde, só que desde o começo os primeiros moradores tinham foto daqui que não foi a gente que não desmatou aqui, acho que até hoje ainda tem, tem foto da planagem e dos loteamentos, então a SEMMAS apropriou nós [sic] aqui por tempo indeterminado, tempo indeterminado, tá no documento (Diana das Flores, 2023).

E até mesmo sobre uma futura expectativa de melhoria a mesma nos diz: “poucas expectativas futuras porque a prefeitura só bota uma máquina aqui pra limpar na época de política, fora isso a gente fica abandonado aqui”. Temos uma clara situação de negligência das autoridades em relação às políticas públicas, uma vez que o único interesse na área é para as já conhecidas práticas de campanha e mesmo uma comunidade regulamentada ainda se observa a precariedade dos serviços oferecidos a mesma (Figura 6).

**Figura 6:** Escadaria construída pela prefeitura na comunidade 1



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023.

Na comunidade 2 foi realizada uma entrevista com o líder da comunidade, o cacique Júlio, que reside na comunidade há cerca de 5 anos. O morador originou-se do município de Eirunepé, interior do Amazonas, onde residia na aldeia Piau, mudando-se para Manaus por motivos de tratamento de saúde, teve que alugar um imóvel para morar durante alguns meses, mas logo se viu sem condições de manter o mesmo, o que resultou no deslocamento do Cacique Júlio para a ocupação irregular a fim de conseguir uma moradia acessível.

Segundo o entrevistado, o processo de regularização da comunidade teve a Defensoria Pública da União - DPU como órgão que agiu contra a regulamentação desta, defendendo a área do cemitério indígena como sítio arqueológico. Torna-se quase satírico que estes indígenas, cuja cosmovisão os relaciona com a terra de forma sagrada, não possam ocupar uma terra que já pertenceu aos povos originários.

Foi necessário acontecer uma série de reuniões entre os moradores, que junto a um advogado, entraram com uma ação na própria Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE-AM, que resultou em mais reuniões com os residentes da comunidade a fim de ouvir as reivindicações dos mesmos. O que levou adiante o processo de regulamentação de posse da terra.

A comunidade possui serviço de água e luz regularizados, porém o tratamento de esgoto é, assim como na maioria da cidade, faltoso naquela comunidade, forçando os moradores a construir fossas irregulares que podem vir a causar diversas doenças aos moradores desta ocupação. O entrevistado disse ainda que os principais problemas de sua habitação têm a ver com a infraestrutura que cerca sua casa, complementou dizendo que muitos políticos já passaram pela comunidade como vereadores e deputados, fazendo muitas promessas de melhoria (Figura 7).

**Figura 7:** Problemas de infraestrutura da comunidade 2



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023.

Estes que detém o controle da máquina pública, tem, em suas mãos, o poder de transformação do espaço urbano, muitas das vezes se utilizam das necessidades da parcela carente da população e acabam prometendo, a fim de ganhar votos, a regularização da ocupação (Barbosa, 2009). É, portanto, exatamente como o entrevistado expôs, e como sabemos que a política opera, a lentos passos servindo primeiramente à reprodução de capital.

A reprodução de capital baseado na venda de terras é um fenômeno pertencente às grandes metrópoles onde encontramos a terra sendo avaliada não apenas por suas edificações, temos também o valor sendo agregado conforme seus arredores. É onde observamos a simultaneidade que a cidade dita o capital e tem sua reprodução urbana baseada no mesmo (Melo; Silva, 2021).

O Estado, que por meio de criação ou mudanças na legislação, atua através das políticas públicas. Tal atuação que deveria primeiramente servir a população como um todo, tem sua atuação ditada pelo capital, entretanto quando o nível de pressão das organizações o obriga (Maricato, 1988). Deste modo o fracionamento da cidade a transforma em uma mercadoria a modo que:

A habitação é uma mercadoria especial, de produção e distribuição complexas. É a mais cara entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, móveis etc.). Nem todo mundo pode ter automóvel, também uma mercadoria cara, de consumo privado; mas todo mundo precisa morar de alguma forma, em algum lugar. Devido ao seu preço, a habitação é uma mercadoria que tem longo período de circulação;

isto é, o comprador frequentemente demora dezenas de anos para pagá-la; ela exige um capital de financiamento ao consumo. Mas não é apenas seu período de circulação que é longo (Maricato, 1988, p. 26).

Quando se pensa a quem se atrela a culpa do crescimento na quantidade de aparecimentos de ocupações irregulares, muitos tendem a apontar um único fator quando na verdade essas aparições se devem a uma gama de problemáticas urbanas que vão muito além de achar apenas um único culpado. Dentre estas, como referido acima a alta valoração dos terrenos na cidade se tornam um deles. Sabendo-se da necessidade, o foco deveria ser a busca das soluções.

A venda clandestina de lotes de terras públicas tem crescido cada vez mais na cidade, uma vez que a falta de acessibilidade ao direito de moradia tem se mostrado um dos problemas urbanos das grandes metrópoles. Atrelado a isso surgem pessoas mal intencionadas a fim de se aproveitar da necessidade de outras pessoas.

Inúmeros bairros surgiram a partir de ocupações irregulares que posteriormente vieram a ser regularizadas. Segundo a legislação que institui o Programa de Regularização Fundiária no município de Manaus (Lei nº 2492 de 27 de agosto de 2019), nos dá a compreensão de que:

Art. 3º- As ocupações irregulares do solo para fins urbanos, existentes no município de Manaus, poderão ser objeto de regularização fundiária de interesse social ou específico, desde que obedecidos os critérios fixados nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, além das definições previstas nos artigos 9º e 11 da Lei nº 13.465/2017, consideram-se:

[...] II - Núcleo Urbano Consolidado: núcleos urbanos informais preexistentes a 22 de dezembro de 2016, de difícil reversão, considerando-se a destinação residencial ou comercial, a localização das vias de circulação e a presença ou não de equipamentos públicos, tais como drenagem de águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica, ou limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos (Manaus, 2019).

Diante deste fato, uma comunidade que tem cerca de 12 anos, como é o caso da comunidade 1, que por ter sido regularizada há apenas um torna-se um fato que chega até mesmo a ser espantoso, onde notamos a falha do poder público, e que vem falhando com as pessoas da referida comunidade uma vez que, mesmo sendo amparada pela lei, a mesma ainda sofre com a falta de disponibilidade dos equipamentos urbanos.

Nas palavras da moradora da comunidade citada, soube-se que a eles foi delegado um documento provisório que serviria como uma certificação temporária onde comprovaria que aquela fração de terra realmente pertencia aos moradores,

mas a mesma afirmou que somente os moradores mais antigos possuem tal documentação uma vez que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, nas poucas vezes que esteve presente na comunidade classificou-a como sendo área verde.

Podemos afirmar que até mesmo entre os moradores da comunidade não se sabe ao certo se o processo de regulamentação ainda está tramitando ou se a comunidade foi de fato regulamentada. Temos a breve ideia do que se espera de uma área que talvez tenha sido recém regulamentada, é esperado que tenha os aparelhos urbanos necessários para o desenrolar da vida de seus moradores, porém ainda nas palavras da mesma quando questionada sobre os principais problemas referente a habitação da mesma, esta expõe que:

Aqui tem vários, a gente não tem urbanização de nada, a única coisa que a gente tem é a água. A energia não é [regularizada], a gente não tem esgoto, muita coisa, não tem CEP, o correio não desce, durante esses 10 anos que tô morando aqui não vi melhoria nenhuma (Diana das Flores, 2023).

Além de ter complementado que dificilmente tem policiamento, não tem escolas nem creches na comunidade, nem espaços de lazer, ressaltou também a urgente necessidade de asfaltamento, o que pode ser observado ao longo das entrevistas. Um padrão que segue se reproduzindo em outras áreas da cidade onde facilmente se observa a carência e as falhas que pulsam na cidade com o descaso do poder público.

Na comunidade 2 encontramos os serviços de água e luz regularizados, mas o tratamento de esgoto é, assim como na maioria da cidade, faltoso naquela comunidade, forçando os moradores a construir fossas irregulares que podem vir a causar diversas doenças aos moradores desta referida comunidade.

Mesmo após a regulamentação da comunidade foram necessários até mesmo protestos em frente às secretarias, a fim de agilizar a letárgica implementação de infraestrutura urbanística na referida comunidade e apesar dos acordos, nada foi feito. Os mesmos esperam as épocas de campanha para verem mudanças significativas, nas palavras do mesmo:

Pode ser que esse ano, como vai acontecer a política, vai entrar um abençoado com a máquina [de asfaltamento] né, por que essa rua aqui [a entrada para a comunidade] foi através disso, teve um candidato a prefeito que trouxe a máquina pra cá e abriu as ruas, ele se candidatou pra [sic] prefeito e trouxe (Cacique Júlio, 2023).

Diversos aparelhos de infraestrutura urbana também se percebem ausentes, uma vez que campanhas de vacinação, consultas médicas e entre outros serviços somente acontecem de mês em mês em ações sociais, segundo as palavras do entrevistado.

Outra falta seria a de escolas e creches, que além de serem inexistentes na comunidade, as que se localizam em seu entorno, acabam sendo preconceituosas com os moradores da comunidade, pelo fato de serem de origem indígena, o que dificulta o acesso dos mesmos às escolas nos entornos da comunidade, onde os moradores já necessitam até mesmo de recorrer ao conselho tutelar para que os seus filhos pudessem frequentar as mesmas.

As principais reivindicações dos moradores são o asfalto e a coleta de lixo, o que não foi relatado apenas por um morador, mas pela maioria dos entrevistados as construções sociais da comunidade foram erguidas pelos próprios moradores, a exemplo de uma oca (Figura 8) construída pelo líder da comunidade e os demais moradores, e que funciona como centro comunitário, onde são feitas reuniões das comunidades, bem como diversos eventos de seu interesse, dando materialidade para discussão de Brandão (2006) quando o mesmo se refere às cidades na cidade, uma vez que é preciso forçar alheias ao poder público.

**Figura 8:** Oca - Centro Comunitário da Comunidade Indígena Nova Vida



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023.

Quanto à questão ambiental, os próprios moradores precisaram fazer uma manifestação em frente a Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP, a fim de reivindicar a coleta de lixo na área. Nestas manifestações chegaram a ir, cerca de 200 pessoas com a finalidade de pressionar as autoridades para que assim se agilizasse o que é direito dos moradores, uma vez que eles, após a regulamentação dos serviços de água e luz começaram a contribuir, através dos impostos, para com a máquina pública. A lei que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus (Lei complementar N° 3, de 16 de janeiro de 2014), assegura que deve haver condições adequadas de habitação em espaços regulamentados, em seu segundo artigo nos diz:

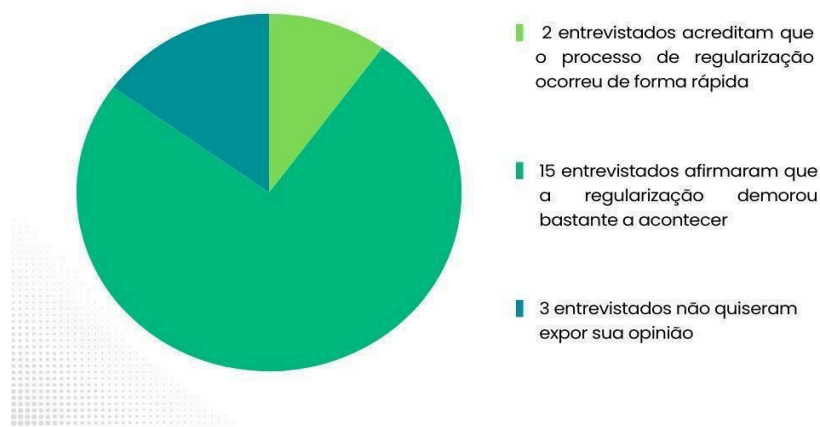
art.2º Este Código tem por objetivo garantir condições adequadas de habitabilidade, principalmente no que se refere à segurança e à salubridade dos espaços construídos, por meio da definição de normas e procedimentos para a elaboração de projetos, licenciamento, execução, utilização e manutenção das obras e edificações, públicas ou privadas, em todo o território municipal (Manaus, 2014).

Se tirarmos as conclusões pelas palavras dos entrevistados observamos facilmente que esses requisitos não foram atendidos nem mesmo no período que se sucedeu após a regularização, uma vez que a mesma ainda enfrenta uma série de dificuldades oriundas da falta de acuidade do estado para com essas comunidades. A exemplo do fornecimento de água encanada, que somente chegou à comunidade um ano depois da sua regularização, foi uma das únicas ferramentas urbanas que chegou à mesma.

Comparando as respostas obtidas nas entrevistas acerca da percepção dos moradores sobre a regularização, podemos compreender que na comunidade 1 (Gráfico 1), por conta do seu longo tempo de existência, a maior parte dos entrevistados afirma ter esperado muito pela regularização, e que essa demora os prejudicou em diversos sentidos. O restante discorda ou não se sentiu à vontade para responder.

Gráfico 1 – Percepção dos Moradores da Ocupação 1

### PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO 01 – COMUNIDADE DAS FLORES – SOBRE A REGULARIZAÇÃO

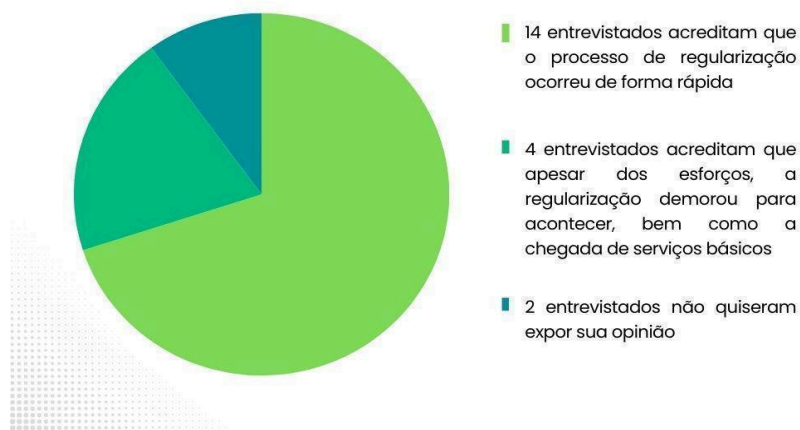


Elaboração: ALBUQUERQUE, M.F.S., 2024.

Já os moradores da comunidade 2, os moradores afirmam que houve bastante esforço comunitário no quesito de reivindicações e manifestações em órgãos públicos, o que de certa agilizou um pouco mais o processo de regularização. Com 5 anos de existência, a comunidade conseguiu a sua regularização fundiária, agora a luta é pela regularização de serviços básicos. Por outro lado, há moradores que afirmam que houve a demora na regularização da comunidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percepção dos Moradores da Ocupação 2

### PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO 02 – COMUNIDADE INDÍGENA NOVA VIDA – SOBRE A REGULARIZAÇÃO



Elaboração: ALBUQUERQUE, M.F.S., 2024

Todas as expectativas de futuro dos moradores destas comunidades se baseiam em melhorias nas ferramentas urbanísticas, escola, posto de saúde, etc. No entanto, atualmente as comunidades seguem a própria sorte, onde foi observado várias carências que somente a máquina pública poderia resolver, uma vez que cabe a esta, e somente a ela, fazer o devido planejamento urbanístico. Nota-se um imenso interesse de parte dos políticos quanto a produção de moradia e espaço urbano, desenvolvimento esse que pode parecer natural, porém tem por trás de si uma lógica que serve principalmente aos possuidores de grande capital.

### **4.3 O conteúdo social do bairro Nova Cidade**

No ano de 1998, ocorreu o início da construção do conjunto habitacional Nova Cidade, integrando assim o corpo do bairro Cidade Nova. Os primeiros moradores do Nova Cidade, enquanto um conjunto habitacional, eram em sua maior parcela servidores públicos que através de sorteios de financiamentos da Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas - SUHAB, somavam cerca de 80% das habitações do conjunto, o restante foi entregue a ribeirinhos provenientes do interior do Amazonas e entorno de Manaus.

A instalação da estrutura urbanística teve como principal causador a alta valorização nos terrenos próximos ao centro e as demais áreas de interesse de capital. Essa alta nos valores da terra levou a população de baixa renda a se instalar nessas áreas. A partir desses fatos houve então um adensamento populacional, ocasionando também a expansão do bairro para dentro da área da Reserva Florestal Adolpho Duke, como anteriormente explicado. Por consequência, temos em 2010, a elevação do conjunto a bairro (Zogahib *et al*, 2013).

Nesses primeiros momentos da área como bairro fica ainda mais explícito o choque entre as realidades, onde de um lado temos uma classe média que se mudou para área a qual inicialmente seria o conjunto. Nesta mesma área temos um padrão no tamanho dos terrenos e na continuidade das ruas, e uma tentativa de infraestrutura, que apesar de desde o princípio não ser o suficiente para a população que se mudou inicialmente, se fazia presente.

Do outro lado temos as pessoas que se instalaram no entorno do conjunto compreendendo assim as áreas que hoje margeiam o bairro, áreas essas que seguem em expansão como já explanado anteriormente. Nestas áreas se instalaram

as populações de baixa renda que não tinham tantos poderes aquisitivos para adquirir terrenos em outras áreas da cidade.

O estudo de campo contou a com a participação de 40 entrevistados, sendo 20 pertencentes à ocupação 1 - Comunidade das Flores, e 20 entrevistados da ocupação 2 - Comunidade indígena Nova Vida. na primeira ocupação constatou-se que dos 20 entrevistados, 55% são do sexo feminino e 45% do sexo masculino. Na segunda ocupação, os números foram parecidos, de 20 entrevistados, 55% eram do sexo feminino e 45% do sexo masculino.

Quanto à faixa etária dos moradores entrevistados, constatou-se que na ocupação 1, 50% dos moradores entrevistados tinham entre 18 a 30 anos, e 50% tinham entre 31 a 60 anos. Já a faixa etária da ocupação 2, 40% dos entrevistados apresenta idade entre 18 a 30 anos, e 60% apresenta de 31 a 60 anos de idade.

Com os dados obtidos em campo, percebeu-se que o maior número de entrevistados de ambas as comunidades tem a sua subsistência atrelada a auxílios, a exemplo, o Bolsa Família, um benefício mensal de ordem federal que visa dar meios de suprir as necessidades básicas de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nas comunidades visitadas, o trabalho informal também é um meio de subsistência em quase todos os casos, chamados de “bicos” pelos entrevistados, esse tipo de mão de obra é caracterizado pela precariedade, imprevisibilidade na demanda e realização serviços, além de não oferecer os direitos da assinatura em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, fato este que é fundamentado por Santos (1979), onde o autor aborda a teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Em relação à origem dos moradores das duas ocupações, havia grande parte que veio do interior do Amazonas, para tentar na capital Manaus, obter uma melhoria de vida, visto que, devido a diversos fatores, como os geográficos, políticos, entre outros, dificultam a vivência nesses municípios que integram o estado.

Logo, a reprodução espacial que obedece ao capital combinado com serviços de infraestrutura, mesmo que mínima, era a única solução para as famílias presentes nas comunidades. Temos então a receita perfeita para o adensamento populacional. Pois segundo Barbosa (2009) a moradia se faz um item necessário para a reprodução da vida. E como já discorrido, se faz necessário também condições para melhor habitar, compreendendo assim a instalação de aparelhos

urbanísticos.

#### **4.4 Novas territorialidades: Conflitos de terras**

Durante as visitas a campo, em ambas as ocupações visitadas foram relatadas pelos moradores algumas situações de conflitos relacionados ao narcotráfico. No entanto, apesar da semelhança entre elas, existem detalhes que as distinguem uma da outra, como veremos a seguir.

Na comunidade 1, de acordo com o relato de alguns entrevistados, já houve confrontos entre moradores envolvidos ao narcotráfico local e policiais militares, bem como entre os próprios moradores aliciados pelo crime organizado, fatos que infelizmente já resultaram em diversos casos de homicídio, entre outras situações causadas pela criminalidade, isto posto:

Há de se considerar a vulnerabilidade social como um elemento que o crime organizado se apropria para estabelecer relações de poder que controla e regula pessoas incorporadas à trama das redes ilegais, tornando-se “mão de obra descartável” em uma estrutura na qual os chefões quase sempre são invisíveis diante dos órgãos de vigilância do Estado (Couto, 2023, p. 50).

A autora destaca como o crime organizado utiliza da vulnerabilidade de alguns moradores para estabelecer relações de poder. Essas relações podem ser baseadas em necessidade econômica, promessas de proteção ou outras formas de controle, a falta de acesso à educação e serviços básicos cria alvos mais propícios para recrutamento, tornando-os explorados pela criminalidade, o que perpetua a estrutura hierárquica dentro dessas organizações.

Além dos fatores sociais, como a inatividade e ausência da atuação Estado nesses espaços, as características espaciais também são um fator importante para a infiltração do crime organizado nas periferias, de acordo com Couto (2014), os aspectos que compõe a paisagem da periferia, como os becos e as ruas sem asfalto e de difícil passagem impossibilitam operações policiais, tornando mais fácil promover um domínio do narcotráfico sobre aquele território, aspectos estes que são objetos de observação do tráfico de drogas, a fim deste reproduzir o mesmo padrão em diversas outras comunidades.

Diferentemente da comunidade 1, durante as entrevistas realizadas na comunidade 2 foi observado um certo receio dos moradores quando se falava sobre segurança ou se questionava sobre casos de crime e violência, percebeu-se que o

cacique, líder da comunidade, não quis se estender muito no assunto, o que foi respeitado. Contudo, este comportamento do entrevistado levantou dúvidas acerca da seguridade daqueles comunitários.

Dessa forma, paralelamente à entrevista na ocupação, através de pesquisa em portais de notícias sobre a área em questão, obteve-se informações de que até o ano de 2019, o espantoso número de mais de 3 lideranças indígenas da comunidade já havia sido mortas a mando do crime organizado, o que de acordo com as notícias, é algo corriqueiro em outras ocupações indígenas presentes em diferentes bairros de Manaus, tratando-se um padrão em comunidades indígenas urbanas. Referindo-se aos líderes da comunidade 2:

Aqui, foram indígenas com mais de 40 anos e que tinham ligação com reivindicação e defesa de direitos. Talvez seja cedo para afirmar, mas é provável que exista ligação com a disputa por espaço na cidade, e isso os coloca em rota de colisão com o tráfico (UOL, 2019).

Considerando esses casos de homicídios para com as lideranças indígenas de ocupações que se iniciaram de forma irregular, observa-se uma frequência alarmante desses assassinatos. Este padrão indica uma ameaça constante enfrentada pelos líderes nos territórios, o que indica as já citadas relações de poder sugerindo a necessidade urgente de medidas para proteger esses indivíduos e suas famílias.

Nesse contexto, seria fundamental fortalecer a coordenação entre as autoridades locais, estaduais e federais, bem como a colaboração com organizações da sociedade civil e entidades indigenistas, para desenvolver estratégias efetivas de proteção. Isso inclui a implementação de programas sociais que abordem as condições socioeconômicas desfavoráveis e a promoção de políticas públicas que garantam o respeito aos direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas.

A disputa por espaço presente nessa comunidade demonstra, que na periferia pode existir mais de um caso de conflito territorial, considerando os diferentes interesses pela terra na cidade: “O território se fundamenta no poder, no governar, no domínio: esse governar é do próprio homem. Todo o conflito que se estabelece a partir de relações de poder, de domínio, de violência, são invenções da própria sociedade, ou seja, quem governa quem?” (Couto, 2014).

Ao compreender o contexto dos grupos criminosos ligados ao circuito do narcotráfico na periferia, torna-se evidente que essas organizações se apropriam desse princípio fundamental. O controle territorial não é apenas sobre o espaço

físico, mas também sobre as pessoas que habitam essas áreas. As relações de poder estabelecidas por esses grupos se baseiam em dinâmicas de dominação, violência e imposição, muitas vezes subvertendo ou substituindo as estruturas de governança estatais.

Na Comunidade 2, o que se iniciou como uma ocupação indígena, agora se transforma num espaço de mais conflitos territoriais, no qual o crime organizado entra como mais um vetor de violência, calando a voz dos moradores, que temem por sua vida, e além disso ainda tem de lidar com a ausência de respostas do governo: “o silêncio dos moradores se repete na Polícia Civil, que disse apenas que as investigações estão em andamento” (Repórter Brasil, 2019).

Os assassinatos – que aconteceram entre fevereiro e agosto de 2019 – estão relacionados aos conflitos por território entre os indígenas e as facções Comando Vermelho e Família do Norte, que disputam entre si o controle sobre o tráfico de drogas. Os que são contra e os que resistem à entrada do narcotráfico morrem (Repórter Brasil, 2019).

O envolvimento de duas facções destaca um agravante na situação. O tráfico de drogas se entrelaça com questões territoriais e étnicas, contribuindo para a violência e, neste caso, acaba colocando em risco a vida dessas lideranças indígenas que resistem a essas influências. A menção aos que são contra e resistem à entrada do narcotráfico ressalta a coragem de certos líderes indígenas que buscam o seu direito à moradia. Essa resistência, no entanto, coloca essas lideranças em situações extremamente perigosas.

É de extrema importância, relatar, enquanto pesquisadora, que no último dia de visita de campo na referida comunidade, na tarde do dia 20 de dezembro de 2023, vivenciei uma situação que não esperava passar. Ao solicitar a um morador uma entrevista, o mesmo avisou-me para tomar cuidado com os homens armados, pois eu poderia ser atingida por balas de borracha e spray de pimenta, aflita, logo pensei que seria alvo dos traficantes, e questionei o porquê de sua fala.

Contrariando meu pensamento, o morador respondeu-me que os policiais militares poderiam me machucar, eu então respondi que tinha identificação enquanto estudante e pesquisadora, no entanto ele argumentou dizendo que os policiais ali não distinguem ninguém, quem está passando pelas vias pode ser insultado, ou na pior das hipóteses, alvejado, não importando se faz parte ou não do narcotráfico.

O morador demonstrou em sua fala que há preconceito e extrema violência por parte da polícia militar em relação aos comunitários de origem indígena. O que

aponta mais uma camada de violência nesse espaço, para com essas pessoas. Considerando que, a função destes agentes de segurança é proteger e servir à população, assegurando o cumprimento das legislações e atuando contra criminosos, o que ocorre é mais uma violação às leis de segurança urbana.

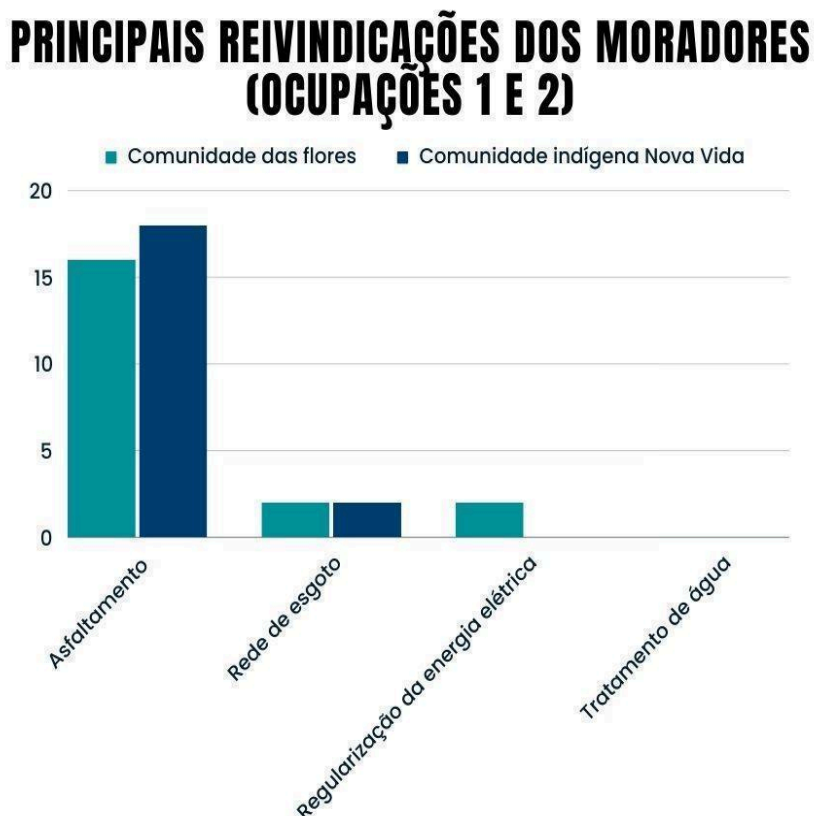
São camadas de violência, pois além de ter que lutar contra as imposições do governo em suas três esferas pelo direito à terra e à moradia, se veem ainda na posição de conflito territorial com o narcotráfico, e como não se não fosse o bastante, ainda sofrem violência e abuso de autoridade por parte de agentes da segurança pública.

Tendo a consciência de que a ocupação hoje existe em cima de um sítio arqueológico, cuja memória remete a momentos antes do período colonial, sabe-se que a terra já pertencia aos povos originários. Logo, é possível compreender que na contemporaneidade é negado aos descendentes indígenas e remanescentes do genocídio colonial, o que deveria ser seu por direito.

#### **4.5 Nova cidade: um olhar sobre a infraestrutura do bairro**

A materialização da cidade se apresenta a partir das construções socialmente produzidas, que por sua vez são produzidas a partir da distribuição, circulação e reprodução de capital. A ocupação da cidade se dá a partir das necessidades de uso atribuídas a cada parcela da terra. Existe a necessidade de ocupar determinado espaço para se viver. Porém não se trata somente do ato de ocupar a parcela do espaço e sim, trata-se também das transformações e produção do lugar (Carlos, 1986).

Nesse ponto a autora também expõe a ideia de que a reprodução espacial aparece como forma de ocupação, esse por sua vez nos apresenta a produção do espaço urbano através de diferentes pontos de vista, uma vez que há diferentes necessidades dentro do ambiente urbano. A necessidade humana de morar, desse modo, seria o principal responsável pela materialização e produção do espaço urbano.

**Gráfico 3** - Principais Reivindicações dos Moradores (Ocupações 1 e 2)

**Elaboração:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2024

No ponto de vista dos moradores das duas ocupações visitadas, a sua principal necessidade a ser reivindicada é o asfaltamento, visto que na comunidade 1 ainda falta a regularização da energia elétrica, mas já há existência de água tratada. Já na comunidade 2, já existe, em sua maior parte, regularização na oferta dos serviços de tratamento de água e energia elétrica, sendo o asfaltamento, a maior reivindicação.

Observamos atualmente nas grandes cidades um conflito de interesses, que, conforme Maricato (1988), temos de um lado a maior parte da população que são os usuários do espaço, para estes a cidade é um local para se morar e conviver, e por conta disso estes estão sempre em busca de melhores condições de acesso à terra. A autora destaca a ideia de que há uma busca não só pelas condições da edificação da moradia, mas também pelas melhores instalações em seu entorno.

Em outras palavras, instalações de aparelhos urbanísticos e condições para a reprodução da vida no entorno da área que se deseja habitar. E do outro lado encontra-se o capital imobiliário, que enxerga a cidade tal qual um negócio, este por

sua vez visa a terra como ferramenta fundamental para a obtenção de lucro. A autora complementa salientando que a lógica de reprodução da cidade pode até parecer natural, mas tem em si uma lógica:

A produção e a distribuição da moradia relacionam-se com os investimentos públicos feitos na cidade. A orientação desses Investimentos, por meio das políticas públicas, orienta também, em parte, a valorização imobiliária e, particularmente, a valorização fundiária. Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, como se pode perceber, são muitos e poderosos. O crescimento urbano, aparentemente natural, tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo e pelo conflito entre eles (Maricato, 1988, p.2).

Veremos, deste modo, vários segmentos da sociedade e disputa pelo uso do da terra, essas disputas são orientadas e quase que orquestradas pelo mercado, este que atua como mediador fundamental das relações estabelecidas nas sociedades capitalistas. Sendo assim, a localização de determinada atividade no espaço será determinada pelas necessidades relativas ao capital (Carlos, 1986).

Desde o início do bairro Nova Cidade, e até antes mesmo deste ser considerado um bairro, já eram visíveis inúmeros problemas de uma infraestrutura que se apresentava precária desde a entrega das casas pertencentes aos conjuntos que antecederam o bairro. A instalação do conjunto na porção norte da cidade resultou no espraiamento para esta mesma região levando ao adensamento populacional na área, que por consequência resultou no surgimento de diversas comunidades irregulares (Silva; Lima; Castro, 2023).

Vale ressaltar que as duas ocupações irregulares que foram visitadas, encontram-se atualmente regularizadas. Regularização esta que por sua vez deveria levar melhorias na infraestrutura urbanística do bairro, uma vez que, como já explanado, a lei nº 2492, de 27 de agosto de 2019, institui o programa de regularização fundiária do município de Manaus.

Seria após esta regularização que deveria chegar os aparelhos de infraestrutura urbanística, no entanto nas comunidades visitadas em campo, os fatos constatados foram outros, onde o poder público falhou com os moradores dessas comunidades. Apesar da pouca manutenção, existem, em determinadas áreas do bairro, os ditos aparelhos de infraestrutura urbana, áreas essas que como já explanado, são de interesse do capital, mas ao chegar nas comunidades que surgiram mais recentemente, e que já se encontram regularizadas, observa-se quase que a inexistência de tais serviços de infraestrutura.

Em uma das comunidades visitadas em campo a ausência de infraestrutura urbanística era gritante, trata-se da, já explanada, Comunidade Indígena Nova Vida. Obteve-se por meio de entrevista relatos que mostram, além das imagens, o cotidiano que os moradores que residem na comunidade, tem que enfrentar.

Tal entrevista foi realizada com o Senhor Daniel, de 40 anos, natural de Manaus que reside na comunidade há quatro anos. Ele ocupou o terreno logo no princípio da ocupação, disse que os problemas de infraestrutura na comunidade, primeiramente, foram a carência de água, e desde que ele se instalou na comunidade, o acesso à água se dava somente de forma clandestina, e somente no ano de 2023 foi instalado o serviço de água encanada.

O serviço de eletricidade já é regularizado na rua onde o entrevistado reside, porém, de acordo com seu relato, algumas ruas e becos mais adentro da ocupação ainda não existe o serviço regulamentado, o entrevistado segue dizendo que o serviço de coleta também não é regularizado em sua rua, além de que a única lixeira instalada na comunidade foi feita pelos residentes da ocupação, uma lixeira viciada (Figura 9), que apesar de ser um problema ao meio ambiente, foi uma forma dos moradores fazerem os descarte de seus resíduos, sem encontrar muitos meios de fazê-lo.

**Figura 9** - Lixeira Viciada Encontrada na Comunidade 2



**Fonte:** ALBUQUERQUE, M.F.S., 2023

Segundo Oliveira e Costa (2007), em Manaus grande parte da população reside em áreas inadequadas, e dentre os motivos que os autores citam, vale ressaltar a parcela da população que não tem acesso aos serviços adequados de infraestrutura. A exemplo disso temos a referida comunidade que, nas palavras do morador não tem o mínimo de saneamento, onde acabam despejando o esgoto em vicinais criando esgotos a céu aberto.

A mobilidade urbana na comunidade, foi o ponto mais visível de falta de infraestrutura, nas palavras do morador a falta de asfalto é a maior falha do poder público para com a comunidade. O mesmo fala que em outras partes dos bairros os serviços públicos atendem a população, mas que deveriam haver, dentro da comunidade, a instalação destes.

Mesmo que exista os papéis de regulamentação, e esteja tramitando os papéis de título definitivo que certifiquem o morador como dono da terra, o entrevistado disse que apenas reivindica os direitos dele como morador, o direito de acesso a uma infraestrutura de qualidade como é de competência do contribuinte.

O crescimento das cidades no Brasil, como um todo, veio desacompanhado de um planejamento e não pode suprir as necessidades de oferta de equipamentos urbanos e dos demais serviços públicos. Manaus se encontra em alinhamento com essas características, uma vez que, no final do século XX, a abrupta urbanização das áreas da cidade de interesse do capital fez com que a população com menor poder aquisitivo fosse em direção às margens da cidade a fim de garantir o seu direito à moradia.

É necessário enxergar as partes do bairro para entender a história de desenvolvimento deste. E o modo de produção das habitações nos ajudam a compreender a construção da paisagem urbana, habitação essa que vai além da ideia de moradia como habitação, mas considera-se habitação os lugares ao redor da moradia, espaços na vizinhança assim como os diversos espaços públicos frequentados (Oliveira; Costa, 2007).

É, portanto, indispensável para os estudos das cidades que sejam observadas as habitações que pertencem a esta para desenvolver qualquer análise acerca das condições de vida no espaço urbano. De acordo com Santos (2001), o ato de habitar é uma ação totalizante e incapaz de ser fragmentada uma vez que o ser humano habita não somente sua moradia como também os entornos desta:

O habitar mantém sua essência enquanto ato, porém as características da habitação variam, considerando: as diferentes formas de expressão das demandas por moradia e a satisfação dessas demandas pelos mais diversos grupos sociais; o espaço onde ela ocorre, seja urbano ou rural; e o fenômeno a segregação sócio- espacial. É possível identificar as variações das habitações em um mesmo espaço, ou seja, no urbano é comum observarmos bairros nobres, com excelente infraestrutura, convivendo com imensas favelas repletas de sub-habitações em precaríssimas condições de saneamento básico, infraestrutura, serviços coletivos e outros. Essas situações demonstram as contradições postas na produção do espaço de habitação, que são determinadas, prioritariamente, pelas condições socioeconômicas da população que habita esses espaços e pela capacidade ou não que esta tem de pagar pela moradia (Santos, 2001, p. 210).

A questão da habitação está diretamente ligada com a precariedade dos serviços urbanos e das infraestruturas oferecidas pelo poder público. Sendo assim é inseparável da ideia de que o habitar está não somente relacionado com a moradia, além desta está relacionado também com a qualidade dos serviços ofertados no seu entorno e, se tratando de um bairro de extensas dimensões como o Nova Cidade, da qualidade dos serviços ofertados nas comunidades.

Com o atual adensamento populacional presente nas cidades torna-se importante destacar que a aquisição da moradia própria não necessariamente significa satisfação com a moradia tendo em vista os fatores de qualidade de vida que somente o habitar pode oferecer (Santos, 1998). Atualmente as políticas públicas desenvolvidas para lidar com essa horizontalização tem se baseado na regulamentação dessas comunidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo observou-se que as ocupações que se iniciaram de forma irregular no bairro Nova Cidade ocorreram de forma não planejada, mas isso indica que estas são ordenadas por diversos fatores, dentre eles a reprodução do espaço em função do capital, que transforma a terra em mercadoria, e segrega espacialmente determinados grupos da sociedade, outro fator importante é a incessante busca pelo o direito básico à moradia.

Ao ouvir os entrevistados, foi possível analisar as condições socioeconômicas dessa parcela da população do bairro, logo identificou-se que há um acesso limitado a serviços básicos, desemprego e subemprego, muitos casos de violência e criminalidade, situações de preconceito oriundos dos demais habitantes do bairro e consequentemente, uma exclusão social.

Nessa conjuntura, a relevância de tratar da temática é abrir discussões acerca da identificação do processo de ocupações irregulares em áreas urbanas, elucidando os fatores socioespaciais, políticos e econômicos que corroboram para seu acometimento, tornando-as compreensíveis e trazendo à tona antigos debates acerca da produção e reprodução do espaço urbano na cidade de Manaus.

A atual situação de infraestrutura do bairro Nova Cidade demonstra que existe uma densidade demográfica sem o acompanhamento de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, o que leva à formação de comunidades carentes de recursos básicos de infraestrutura, como ocorre em ambos os casos, a negligência dos serviços de mobilidade urbana pelo poder público, e a maior reivindicação da população ali presente.

A literatura utilizada na fundamentação teórica conversa com os dados obtidos quando aponta que a existência de ocupações irregulares no Nova Cidade reflete a necessidade de se repensar de que forma os documentos de planejamento urbano amparam os cidadãos, considerado que o plano diretor urbano na teoria é direcionado a toda a população, contudo não é o que vemos na prática com a maior parte da população.

A análise das habitações e da paisagem urbana destaca as disparidades socioeconômicas existentes no bairro Nova Cidade. A coexistência de diversas classes econômicas em um mesmo bairro evidencia a força como a segregação espacial é imposta aos cidadãos.

A falta de qualidade nos serviços urbanos e infraestrutura relatada pelos moradores destaca a importância de políticas públicas e sobretudo, em sua execução. Isso inclui não apenas a regularização dessas comunidades, mas também investimentos em saneamento, mobilidade, educação e outros serviços essenciais.

O foco deste estudo foram análises de conteúdo qualitativo das ocupações irregulares, considerando os aspectos de formação territorial do bairro Nova Cidade, desde a sua fundação enquanto um conjunto habitacional, o que o torna bastante peculiar por abrigar uma diversidade de moradores, características que foram se transformando ao longo do tempo.

A importância deste estudo aplica-se na necessidade de discutir questões relacionadas à Geografia urbana, visto que durante a realização da pesquisa bibliográfica, observou-se maior número de estudos acerca da geomorfologia da área de estudo em questão, o que também é de fundamental importância, na verdade ambas as partes se complementam.

## REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. Lei n. 2.754, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre a aquisição, destinação, utilização, regularização e alienação dos bens imóveis do Estado do Amazonas. In: **Diário Oficial do Amazonas**. Ano CVIII. Número 30.002. 29 de outubro de 2002.
- BARBOSA, T. R. **Ocupações Irregulares e a (re)produção do espaço urbano da zona Leste de Manaus (AM): da ilegalidade do processo à legalidade da questão da moradia**. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- BARBOSA, T. R. **Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroado e loteamento Rio Piorini**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- BARBOSA, T. S.; FURRIER, M. Ocupações irregulares e impactos sócio-ambientais às margens do rio Sanhauá, Paraíba/Brasil. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v.5, n. 2, p 91 – 107, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEZERRA, J. A. Como definir o bairro? uma breve revisão. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011.
- BRANDÃO, C. A. L. **As cidades da cidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, 2006. v. 1. 197p.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. ed. 7 São Paulo: Contexto. 2003.
- CASSILHA, G. A; CASSILHA, S. A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, D. P. de; OLIVEIRA, J. A. de. Conjuntos habitacionais e a expansão urbana de Manaus. Filigranas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol.6, núm.11, 2007.
- COUTO, A. C. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**. Belém v.11, n.22 p. 46–67 Ano 2023.
- COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. In: VII Congresso brasileiro de geógrafos, 8., 2014. Vitória, **Anais: A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos**. Vitória/ES: Associação dos geógrafos brasileiros, 2014.

FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano: Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, SP, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun. 2004.

FERREIRA, A. A gentrificação não é um efeito colateral: complexificando o conceito para revelar objetivos escusos. **Ateliê geográfico**, Goiânia, abril/2021, V.15 n. 1, p. 75-102.

FREIRE, J. R. B. Barés, Manaós e Tarumãs. **Amazônia em Cadernos**. Manaus: UFAM - Museu Amazônico, vol. 2, nºs 2/3 dez 1993/1994.

GREGÓRIO, M. N. C. **Planejamento Urbano e vida cotidiana**: Fundamentos teórico-metodológicos para análises sócio-espaciais. 2021. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano) Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2021.

HALLEY, B. M. Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p.577-593, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p.

MADEIRO, C. **Com 7 mortes em 2019, índios viram alvo de facções em ocupações de Manaus**. Maceió: UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/17/indios-faccoes-ocupacoes-manaus.htm>. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

MANAUS, Lei nº 2492, de 27 de Agosto de 2019. Institui o Programa de Regularização Fundiária no município de Manaus. In: **Diário Oficial de Manaus**. Manaus, AM, Ano XX, Edição 4669. 27 de agosto de 2019.

MANAUS. Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências. In: **Diário Oficial de Manaus**. Manaus, AM, ano XI, Edição 2366, 14 jan. 2010.

MANAUS. Lei Complementar nº 3, DE 16 de Janeiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus e dá outras providências. In: **Diário Oficial de Manaus**. Ano XV. Edição 3332. 16 de janeiro de 2014.

MANAUS. Lei nº 1.502 de 27 de Março de 2012. Cria a Área de Proteção Ambiental Adolpho Duke. In: **Diário Oficial de Manaus**. Ano XIII. Edição 2897, 27 de Março de 2012.

MARICATO, E. **A cidade é um grande negócio**. São Paulo: Teoria e debate. 3 ed. 15 de junho de 1988. Disponível em:

<https://teoriaedebate.org.br/1988/06/15/a-cidade-e-um-grande-negocio/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 121-192.

MEIRA, S. A. et al. **Considerações sobre Planejamento Urbano**. In: Angélica Maria da Silva; Suédio Alves Meira; Lúcio Correia Miranda; Antônio Jeovah de Andrade Meireles. (Org.). Planejamento Urbano. 1ed. Mossoró: EDUERN, 2017, v. , p. 8-14.

MELO, F. M. ; SILVA, F. B. A. . Panorama da produção imobiliária em Manaus: alguns apontamentos. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - XIV ENANPEGE, 2021, Campina Grande. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 1. p. 1-20.

NAZARETH, T. ; BRASIL, M. ; TEIXEIRA, P. . Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 1990. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 121, p. 201-217, 2012.

OLIVEIRA, J. A. de. **Manaus de 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: EDUA; VALER, 2003.

PINTO, V. C. **Ocupação Irregular do Solo e Infra-estrutura Urbana**: o Caso da Energia Elétrica. In: Ministério Público do Estado de São Paulo. Temas de Direito Urbanístico 5. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. p. 1-24.

RIBEIRO, M. F. **A ocupação indígena na periferia de Manaus dominada pelo medo e pelo silêncio**. São Paulo: Repórter Brasil, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/covamedida/historia/manaus-am/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

SANTOS, C. C. B. Direito à moradia na cidade de Manaus. **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social/UnB, Brasília -DF, v. 8, p. 211-236, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da Geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: A formação social como teoria e como método. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos; tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª Edição. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, R. N. F. D. **Lugar e representação**: Um estudo sobre o bairro Abial no município de Tefé /AM. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia , UFAM, Manaus, 2012.

SANTOS. M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA. F. B. A.; LIMA, M. C.; CASTRO, B. S. C.; Processos espaciais e agentes modeladores na urbanização do bairro Nova Cidade (Manaus-AM). **Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**. Montes Claros, v. 5, n. 2, 2023.

SOUZA, L. J. B. **Cidade flutuante**: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). 2010. 354 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p.140-172, 1989.

TORRES, A. L. G.. **Ambiente urbano**: o viver no Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus/AM. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

VASCONCELOS, P. A. . Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **Geousp**, v. 20, p. 19-30, 2006.

ZOGAHIB, A. L. N. ; BOTELHO, J. B. L. R. ; BARTOLOMEU, A. O. ; MENEZES, I. A. S. . Desenvolvimento urbano e questão ambiental na Amazônia: o caso Projeto Habitacional Nova Cidade em Manaus. **AGALI Journal**, v. 3, p. 51-62, 201.

## APÊNDICE

Questionário aplicado aos participantes das entrevistas:

### **1. Informações Gerais:**

- a. Nome:
- b. Idade:
- c. Sexo:
- d. Tempo de residência na ocupação:
- e. Origem (cidade/estado/país de origem):
- f. Composição familiar (número de membros na família):
- g. Quando e como você passou a residir no bairro?

### **2. Condições de Moradia:**

- a. Quais são os principais desafios enfrentados no dia a dia em relação à habitação?
- b. Existe acesso regular a serviços básicos, como água, eletricidade e saneamento?

### **3. Meios de Subsistência:**

- a. Qual é a principal fonte de renda para sua família?
- b. Há oportunidades de emprego na área da ocupação?
- c. Como você avalia as condições de trabalho disponíveis?

### **4. Acesso a Serviços Públicos:**

- a. Como é o acesso a serviços de saúde na ocupação?
- b. E em relação à educação, como é o acesso a escolas e creches?
- c. Existe presença regular de serviços de segurança e ordem pública na área?

### **5. Infraestrutura Comunitária:**

- a. Quais são as principais carências em termos de infraestrutura na ocupação?
- b. Como você avalia a qualidade das vias e transporte público na região?

c. Há espaços de lazer e convivência disponíveis para a comunidade?

**6. Relações Comunitárias:**

a. Como descreveria as relações entre os moradores na ocupação?

b. Existem iniciativas comunitárias ou organizações locais atuantes?

c. Como a comunidade lida com desafios específicos, como segurança e serviços?

**7. Percepções sobre Regularização:**

a. Qual é a opinião da comunidade sobre a regularização da ocupação?

b. Existem esforços locais para buscar legalização ou melhorias na situação habitacional?

**8. Desafios Ambientais:**

a. Como a comunidade lida com questões ambientais, como gestão de resíduos?

b. Há preocupações ambientais específicas que afetam a comunidade?

**9. Participação em Decisões Locais:**

a. Os moradores participam ativamente de decisões que afetam a ocupação?

b. Existe diálogo entre os moradores e as autoridades locais?

**10. Expectativas Futuras:**

a. Quais são as principais expectativas dos moradores para o futuro da ocupação?

b. Que tipo de melhorias você gostaria de ver na sua comunidade?

## ANEXO

### Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa analisar criticamente as ocupações irregulares no bairro Nova Cidade e tem como justificativa contribuir com a ciência, de modo a ampliar as discussões acerca das ocupações irregulares na cidade de Manaus, com enfoque no bairro Nova Cidade.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no âmbito de pesquisas de Ciências humanas e sociais, e em específico na ciência geográfica.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Manuela Fernanda de Souza Albuquerque, pelo telefone (92) 992253871, endereço e/ou pelo e-mail geo.manuelaalbq@gmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Declaro meu consentimento em participar da pesquisa intitulada: Rumo à periferia: Ocupações irregulares no bairro Nova Cidade – Manaus-AM e concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via deste documento.

O(A) Sr.(a) permite que seu nome seja citado na pesquisa?

Sim ( ) Não (X)

<p style="text-align: center;"><u>Manuela do Livramento</u></p> <p style="text-align: center;">Assinatura do participante ou responsável legal</p> <p>CPF nº: _____</p>	<p>Data: <u>21 / 12 / 2023</u></p>
---	------------------------------------

<p><u>Manuela Fernanda de S. Albuquerque</u> Assinatura do Pesquisador</p>	<p>Data: <u>21 / 12 / 2023</u></p>
--	------------------------------------

## Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa analisar criticamente as ocupações irregulares no bairro Nova Cidade e tem como justificativa contribuir com a ciência, de modo a ampliar as discussões acerca das ocupações irregulares na cidade de Manaus, com enfoque no bairro Nova Cidade.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no âmbito de pesquisas de Ciências humanas e sociais, e em específico na ciência geográfica.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Manuela Fernanda de Souza Albuquerque, pelo telefone (92) 992253871, endereço e/ou pelo e-mail geo.manuelaalbq@gmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

**Declaração de Consentimento**

Declaro meu consentimento em participar da pesquisa intitulada: Rumo à periferia: Ocupações irregulares no bairro Nova Cidade – Manaus-AM e concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via deste documento.

O(A) Sr.(a) permite que seu nome seja citado na pesquisa?

Sim ( ) Não (x)

<p><u>Raymundo Ferreira da Silva</u> Assinatura do participante ou responsável legal</p> <p>CPF nº: <u>858 275 162-20</u></p>	<p>Data: <u>06/12/2023</u></p>
---	--------------------------------

<p><u>Monica Fernanda de S. Albuquerque</u> Assinatura do Pesquisador</p>	<p>Data: <u>09 / 12 / 2023</u></p>
---	------------------------------------